

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS



FALSO CONCRETISMO

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Imprensa Oficial

(05)
EX
1 ex.3

Boa

Vista-Roraima/Agosto-Dezembro

1995

Prof^a Neusa Maria Bezerra Mota
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
UFRR

REVISTA TEXTOS & DEBATES
Publicação Semestral da Faculdade de Ciências
Sociais da Universidade Federal de Roraima

DIRETOR:

Geyza Alves Pimentel

CHEFE DO DEPARTAMENTO:

Saul Francisco da Silva

EDITORES:

Roberto Ramos Santos
Alfredo Ferreira de Souza

SECRETÁRIO:

Marcelo Moura de Souza

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Campus do Paricarana - BR 174 S/N
Jardim Floresta, Boa Vista, Roraima
CEP: 69310 - 270
Fone: (095) 2247551 Fax: (095) 2247302

APRESENTAÇÃO

É com satisfação e muita responsabilidade que a Faculdade de Ciências Sociais da UFRR apresenta aos leitores a revista *Textos & Debates*, objetivando trazer ao público questões de natureza científica e filosófica, que suscitem grandes discussões sobre os temas abordados.

Textos & Debates pretende ser um espaço aberto a alunos e professores de Ciências Sociais, bem como, pesquisadores de áreas afins, interessados em publicar artigos e resenhas que digam respeito à realidade nacional brasileira.

Pela ousadia e elevado esforço dos professores da Faculdade de Ciências Sociais, podemos, desde já, considerar a publicação desta revista como um marco importante, e por que não dizer histórico, na Universidade Federal de Roraima, que com apenas cinco anos de fundação, busca, apesar de certos "atropelos", consolidar-se no meio acadêmico da região Norte brasileira.

Este primeiro número traz a colaboração dos professores Alberto Chirone, Antônio Morga, Marco Lucas, Jacy Guilherme, Ricardo Borges e Roberto Ramos. São artigos sobre Filosofia, História e Política brasileira. Esperamos que os leitores apreciem os trabalhos aqui apresentados e divulguem, entre os seus colegas, o periódico *Textos e Debates*.

Roberto Ramos

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Nietzsche e a Problemática Religiosa: A Crítica Italiana na Década de 70. (Alberto Chirone) | 04 |
| Sobre Noção de Representação em Filosofia e na Pesquisa Cognitiva e Inteligência Artificial. (Marco Antonio Lucas) | 13 |
| Literatura e História: A Cumplicidade do Desejo Contido (Antônio Emílio Morga) | 30 |
| O Confronto de Duas Tendências Dentro da Hierarquia Militar e a Última Reserva de Caça da Repressão: O Partido Comunista Brasileiro-PCB. (Jacy Guilherme Vieira) | 37 |
| A Legislação Eleitoral de 1945 e suas Conseqüências Políticas. (Ricardo Borges Gama Neto). | 45 |
| Estado Autoritário e Processo Eleitoral Brasileiro: 1974-1985. (Roberto Ramos Santos) | 51 |

NIETZSCHE E A PROBLEMÁTICA RELIGIOSA: A CRÍTICA ITALIANA NA DÉCADA DE 70

Alberto Chirone

Há vários anos, na Itália, está-se assistindo a um interesse cada vez mais crescente pela vida e as obras de Friedrich Nietzsche analisadas em muitos aspectos, mediante livros, artigos e filmes também.

Provavelmente um dos motivos da atenção endereçada ao filósofo de Rocken é a sua capacidade de descrever e, principalmente, criticar a sociedade do seu tempo e, em primeiro lugar, os valores nos quais esta sociedade se baseava. Era um mundo, aquele no qual viveu Nietzsche, que estava passando por uma crise de valores. A ciência na qual se era apostado para resolver cada problema apresentava o seu limite e, em todo caso, a pesquisa não andava com a rapidez esperada. O poder da burguesia estava ameaçado pelo surgimento do movimento anarquista e pelas primeiras organizações de operários e camponeses estruturados em ligas, sindicatos e partidos. A crueldade com a qual foi sufocada, com grande derramamento de sangue, a experiência da Comuna de Paris, em 1871, é testemunho de quanto a burguesia temesse a força emergente das classes subalternas.

É óbvio, portanto, que letrados e filósofos se perguntassem o porque das derrotas e das revoltas e procurassem as suas causas apontando os responsáveis. A Europa, no final do século passado, estava mergulhada numa crise de valores e de identidade e estava procurando novos equilíbrios. É a mesma situação em que se encontra a Europa no final deste século; e é este um dos motivos pelo qual, frisadas as diferenças entre os dois períodos históricos, nos estamos aproximando com renovado interesse e autores que enfrentaram a crise de valores da sociedade em que viviam, analisando as suas causas filosóficas, políticas e também religiosas.

Neste amplo movimento de pesquisa um dos maiores expoentes é o filósofo Friedrich Nietzsche. Este é autor complexo, às vezes enigmático, que procura as causas da crise do ocidente não com frieza catedrática mas com uma paixão que alcança até o envolvimento pessoal. Esta postura é evidente, principalmente, quando Nietzsche examina o problema religioso.

Pode ser, então interessante analisar de que maneira se discutiu na Itália sobre esta problemática nos últimos anos, esta tese, cujas idéias principais estamos apresentando neste artigo, foi justamente estruturada para deixar espaço às

¹ Resumo da minha tese de doutorado.

argumentações daqueles estudiosos que, desde 1970 até 1980, analisaram o aspecto religioso do pensamento nietzscheano. Este setor da ampla elaboração de Nietzsche abrange: teologia, história, filosofia, mitologia, e exegese bíblica. Os temas analisados pelos estudiosos abrangem: o relacionamento entre racionalidade e irracionalidade e entre Dioniso e Cristo; a morte de Deus e a definição do conceito de divino, da vontade de potência e de eterno retorno; a apresentação do superhomem e de um cristianismo pronto às experiências da sociedade burguesa.

A tese analisa estes temas iniciando das premissas das quais Nietzsche partiu para desenvolver a sua concepção filosófico-teológica. Para esclarecer melhor estas premissas me pareceu oportuno confrontar os protagonistas da obra de Nietzsche "O nascimento da tragédia", Dioniso e Apolo, com Jesus Cristo.

Da análise dessas diversas personalidades brotam as concepções que representam o diverso modo de entender a dimensão do divino na qual se explica a dialética experimental nietzscheana; de um lado o divino autêntico e do outro lado o divino inautêntico. Dioniso e Jesus Cristo são, portanto, a personificação de dois mundos antitéticos.

Dioniso é apresentado como o deus que aceita e justifica a vida em todos os seus aspectos sem colocar limites à própria potencialidade. Até Apolo, famoso pela sua fria racionalidade, colocado por Nietzsche ao lado de Dioniso, consegue cumprir somente a função de guia ao conhecimento de um deus entregue à exaltação de uma postura tão irracional que resultaria de outra maneira incompreensível. O equilíbrio alcançado entre dois deuses tão antitéticos, Dioniso e Apolo, é a base na qual se funda o confronto com Jesus Cristo. Este é apresentado como uma personagem submissa e apaixonada pelos fracos e, portanto, sem aquelas características assumidas por Dioniso, aptas a fazê-lo considerar um deus.

A esta altura alguns críticos italianos (Calogero Riggi, Guido Sommovilla) frisam a diferença entre dois mundos em contraste. Estes dois mundos, que podemos definir religiosos, têm como pontos de referência, de alguma forma fideística: a imanência e transcendência.

Afinal a contraposição entre Dioniso e o Crucifixo (símbolo da morte e ressurreição de Cristo e portanto da sua transcendência) está justamente na inconciliabilidade do imanente com o transcendente e, mais do que isso, o motivo de disputa é a possibilidade da imanência se tornar divina em detrimento da transcendência.

Dioniso contra o Crucifixo. O problema está colocado nas primeiras páginas da tese e foi desenvolvido ao longo do trabalho onde se ilustraram os dois mundos ligados às diversas concepções. Estas, porém, não são monólitos, mas se articulam e concretizam mediante personagens como: Dioniso, Apolo, Jesus Cristo, Paulo de Tarso. O choque, o confronto, o encontro destas personagens, representantes cada uma de um aspecto das diferentes posições, enriquece o debate e permite aos críticos (Giovanni Maria Bertin, Antonio Banfi, Giorgio Penzo,

Roberto Maria Siena, Roberto Escobar) de inserir-se neste mesmo debate com comentários e análises, enfrentando, separadamente, os diversos assuntos.

Um outro tema importante, mas pouco considerado pelos críticos, é a diversidade dos planos histórico-sociais nos quais os dois mundos e as personagens que os animam se movimentam. Precisaria considerar quais culturas produziram o mito de Dioniso e a religião cristã, o contexto em que Nietzsche estudou estes fenômenos, como se estudam no mundo contemporâneo, e, finalmente como, tendo esclarecido todos estes pontos, se analisa o pensamento de Nietzsche hoje em dia.

Com certeza este trabalho nos levaria a ampliar demais o campo de estudo. É importante, porém, considerar que as diversas posições, as nossas e aquelas de Nietzsche, são fruto de processos históricos e devem ser aceitas e/ou recusadas baseando-se, também, nestas considerações.

Na primeira parte da tese foi minha preocupação apresentar, brevemente, o pano de fundo histórico onde operou Nietzsche e evidenciar alguns pensamentos do filósofo que os levarão a tomar importantes decisões no decorrer de sua análise filosófica.

A primeira destas decisões é a drástica vontade de proclamar a morte de Deus. Esta é considerada por Nietzsche um evento simbólico que significa o fim de qualquer condicionamento do homem por parte de uma entidade externa a ele. É então negada a transcendência e qualquer teologia ligada a ela, mas é ainda possível conceber uma teologia centrada na imanência. Nesta parte da tese se analisam os motivos que demonstram a inutilidade e a importância de um Deus que quer escrutar, perto demais, a vida do homem; do outro lado se examinam as capacidades e as potencialidades que Nietzsche reconhece no homem.

É importante frisar que o filósofo não proclama um ateísmo absoluto porque é anunciada a morte de Deus não a sua inexistência. Deus é uma ilusão que vive somente na consciência do homem que se libera desta ilusão quando se torna plenamente ciente das suas capacidades, redesenhando a realidade com parâmetros próprios; uma realidade donde Deus é excluído.

A morte de Deus é considerada como o evento que ao mesmo tempo marca o término da infância do homem e abre os horizontes da sua maturidade livre e criadora. A análise filosófica realizada por Nietzsche chama a atenção dos estudiosos sobre este aspecto fundamental do seu pensamento como ponto de passagem, entre o que é e o que deverá ser em termos de visão do mundo, de filosofia, de teologia e portanto de elaboração cultural tout-court.

"Deus morre no único lugar em que existia a consciência humana", frisa Antonio Banfi em "Introduzione a Nietzsche", revelando a ilusão e a vacuidade da fé do homem mas evidenciando, ao mesmo tempo, a profundidade e a tenacidade da crença no Deus do cristianismo. É justamente este duplice aspecto de falsidade e fidelidade ligadas à religiosidade tradicional que Nietzsche frisa marcadamente

quando, depois de ter dado o anúncio da morte de Deus, constata a imensa dificuldade de sua propagação.

O filósofo tem fé nas potencialidades do homem e na sua firme vontade de criar um novo mundo de valores. Esta concepção, apesar de ser toda centrada numa dimensão imanente, onde o indivíduo expressa a verdadeira essência do seu ser, não pode ser considerada atéia ou materialística no sentido tradicional. Nos parece que, excluindo o posicionamento de Guido Sommovilla, todos os outros estudiosos, Giorgio Penzo em primeiro lugar, frisam a religiosidade do pensamento nietzscheano. Penzo evidencia a passagem de uma dimensão inautêntica a uma autêntica do divino. A morte de Deus desarranja a tranquilidade do homem, o coloca frente às suas responsabilidades ou, mais simplesmente, frente à realidade. A tarefa que Nietzsche quer realizar é aquela de transformar o homem num deus capaz de conquistar em cada instante a própria divindade e não de vivê-la desde a eternidade. Eis a diferença substancial entre a concepção nietzscheana e aquela cristã. Morta, junto ao seu Deus, esta última deixa o campo à elaboração filosófico-teológica de Nietzsche, centrada no homem engajado no seu superamento num superhomem capaz de encarnar, em si mesmo, a vontade de potência como essência da realidade, e em condição de viver tão plenamente cada átimo da própria vida que quer voltar a revivê-lo pela eternidade. É neste ser que, segundo Nietzsche, o homem deve-se transformar depois da morte de Deus.

O filósofo imagina um futuro em que o homem, vencido Deus, se coloca no centro do universo, isto é, morre Deus mas não o divino.

O sujeito da nova dimensão do divino deve ser o homem, ou melhor, o superhomem que expressa a própria vontade de potência na afirmação de cada átimo de sua existência que é justificada em cada aspecto tanto de querer o seu eterno retorno.

O superhomem, a vontade de potência e o eterno retorno constituem os conceitos principais ao redor dos quais rodeia toda a estrutura filosófico-religiosa de Nietzsche.

Resulta difícil avaliar este aspecto do pensamento nietzscheano, que se baseia numa leitura da realidade realizada com instrumentos tão diferentes daqueles usados antes dele que nos fizeram aparecer esta mesma realidade num aspecto admitir que o homem alcance a liberdade e a autenticidade aceitando o eterno retorno do idêntico e limitando a sua autonomia de decisão ao momento da aceitação fideísta da realidade assim como ela é. O superhomem símbolo da humanidade renovada, é imaginado acogulado de uma vontade de potência incapaz de modificar a realidade, isto é, de realizar uma ação verdadeiramente criadora. A mesma realidade não colocando-se alternativas, se auto justifica e o ser acaba assim para se identificar com o "divenire", cada anseio escatológico é negado, cada concepção ligada à transcendência é recusada.

Nietzsche envolve assim, na condenação da moral do seu tempo também os princípios religiosos que, no decorrer dos séculos, tinham dado uma contribuição essencial à formulação dela. A filosofia de Nietzsche se resume na tentativa de pôr a realidade e o homem, emergido nela, longe e seguros da influência corruptora da história e, mais em geral, do inelutável escorrer do tempo. Mas o mesmo Nietzsche estava consciente das dificuldades objetivas que enfrentava o seu pensamento. Em relação a isso Giorgio Penzo lembra que o filósofo fala de um furor da vontade, no sentido de vontade de potência, em condição de afirmar o eterno retorno. Furor este provocado pelo fato de que o tempo não volta atrás.

O confronto com a história é portanto, inevitável, Nietzsche o aceita e o confronto com o cristianismo, que teve grande importância na história do pensamento ocidental e naquela

peçoal do filósofo, representa um dos momentos mais sofridos da sua vida de homem e de pensador.

É através do conflito para recusar os valores ligados ao cristianismo, que Nietzsche consegue teorizar a própria filosofia. Para evidenciar este conflito coloquei logo Dioniso contra Jesus Cristo, pois esta contraposição inclui a oposição entre Dioniso e o Crucifixo, isto é, entre a concepção filósofo-teológica de Nietzsche e aquela teológico-doutrinária do cristianismo com as suas ligações históricas e sociais.

É importante frisar, então, a ligação profunda que unia Nietzsche à história do seu tempo e quanta influência teve a educação familiar no desenvolvimento da personalidade e do pensamento do filósofo. É interessante evidenciar, também, que a crítica à religião cristã e aos seus valores, às vezes coincidentes com aqueles do ocidente, pode ser realizada somente do ponto de vista histórico e, finalmente, é útil constatar que também uma crítica radical, como aquela de Nietzsche pode não levar a um ateísmo igualmente radical mas à procura de uma dimensão mais autêntica do divino.

Quanto a história do cristianismo influenciou a análise de Nietzsche em relação ao problema religioso? A sua crítica ao cristianismo se refere somente a um período histórico ou envolve os próprios fundamentos desta religião? Qual foi a influência da experiência pessoal do filósofo no desenvolvimento da concepção religiosa dele?

São as perguntas principais às quais os estudiosos italianos responderam de maneira diferente. Lembramos Raffaele Vela, Giovanni Casoni e Antonio Banfi entre aqueles que evidenciam as degenerações do cristianismo e Giorgio Penzo, Giorgio Colli e Roberto Escobar entre os que constataam uma diferenciação radical e insanável entre a doutrina cristã e a filosofia de Nietzsche e finalmente Giovanni Maria Bertin e Roberto Maria Siena se dedicam a constatar diferenças e pontos de contato entre as duas concepções. Um leque tão amplo de posições agora só acenadas, testemunha a dificuldade de fornecer respostas

definitivas às perguntas formuladas antes. Um dado, porém, é evidente, a tentativa nietzscheana de negar, no plano histórico, uma religião cuja vacuidade ele tentou demonstrar no plano filosófico. Prova disso é que o filósofo propõe a sua concepção depois de ter negado, seja a encarnação de Deus em Jesus Cristo, seja a transcendência deste mesmo Deus proclamando a morte dele.

Como já tivemos ocasião de observar, se pode reafirmar que Nietzsche procura um divino autêntico para contrapô-lo a um divino inautêntico; mas qual é a causa desta inautenticidade?

Para responder a esta pergunta tem que ser reintroduzida a problemática histórica e precisa, portanto, perguntar em que medida a concepção originária da doutrina cristã e o desenvolvimento histórico do cristianismo tenham contribuído na construção do divino inautêntico recusado por Nietzsche. A esta interrogação se pode responder facilmente que não existe este tipo de separação; na realidade deus sempre falou e escreveu através dos homens e estes falaram e escreveram, no decorrer do tempo, atribuindo a Deus ações e/ou pensamentos muito diferentes entre eles. É possível afirmar, então, que Nietzsche, negando Deus e o cristianismo, nega na realidade uma interpretação histórica de uma divindade e de uma religião.

Reafirmamos, portanto, a vontade demonstrada por Nietzsche na procura da dimensão do divino, apesar da negatividade dos exemplos que o rodeavam. Mas então esta sede de eterno provada pelo filósofo é destinada a sobreviver, também, a provas muito duras e dilacerantes? Nietzsche com a sua obra parece responder afirmativamente.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola.

1969. **Storia della Filosofia**. Torino: UTET. vol. 1, 2 e 3. BANFI, Antonio.

1974. **Introduzione a Nietzsche**. Milano: ISEDI.

ANDREONI, Carlo.

1979. **L'ateismo di Nietzsche**. In: "Prassi e teoria".

- BEONIO-BROCCHIERI, Vittorio.
1976. **Cinque testimoni di Satana**. Bologna: Massimiliano Boni.
- BERTIN, Giovanni Maria.
1973. **La morte di Dio**. Roma: Armando Armando.
- CACCIARI, Massimo.
1979. **Krisis**. Milano: Feltrinelli.
- CASONI, Giovanni.
1973. Nietzsche e il Cristianesimo Oggi. In: "**Testimonianze**". Firenze.
- CASTELLI, Enrico.
1971. A proposito di teologia della storia Nietzsche contro Hegel. In: "**Archivio di filosofia**".
- COLLI, Giorgio.
1980. **Scritti su Nietzsche**. Milano: ADELPHI.
- CORBELLINI, Pietro.
1990. La teologia della morte di Dio. In: "**Incontri culturali**". Roma.
- CORRADINI, Domenico.
1979. Perché l'etica, perché il tragico. In: "**Prassi e teoria**", Pisa.
- DELEUZE, Gilles.
1978. **Nietzsche e la filosofia**. Ed. COLPORTAGE.
- ESCOBAR, Roberto.
1980. **Nietzsche e il tragico**. Milano: Il Formichiere.
- GALLICET-CALVETTI, Carla.
1988. A proposito di recenti studi su Nietzsche. In: "**Revista di filosofia neo-socialista**". Milano.
- KAUFMANN, Walter.
1974. **Nietzsche, filosofo, psicologo, anticristo**. Firenze: SANSONI.

MASINI, Ferruccio.

1970. **Lo scriba del caos.** Bologna: Il Mulino.

PENZO, Giorgio.

1970. **Pensare heideggeriano e problematica teologica.** Brescia: Queriniana.

1975. **Friedrich Nietzsche il divino come polarità.** Bologna: PATRON.

1975. Il cristianesimo come alienazione del divino. in Friedrich Nietzsche In: **"Archivio di filosofia"**.

RIGGI, Calogero.

1970. Il simbolo dionisiaco dell'estetica teologica. In: **"Salesianum"**, Torino.

SIENA, Roberto Maria.

1974. Considerazioni sul pensiero religioso di Nietzsche. In: **"Sapianza"**, Napoli.

1977. Nietzsche e l'interpretazione "dionisiaca" di Gesù. In: **"Sapianza"**, Napoli.

SOMMAVILLA, Guido.

1973. **Parabole dell'ateismo.** Padova: La Garangola.

1975. **Problemi religiosi e filosofia.** a cura di A. Badolin. La Garangola. Padova.

VATTIMO, Gianni.

1974. **Il soggetto e la maschera.** Milano: BOMPIANI.

RAFFAELE, Vela.

1973. Significato della "morte di Dio" in Nietzsche. In: **"Vita sociale"**, Pistoia.

VIRGILLO, Domenico.

1973. Ambiguità e fede in Kierkegaard, Nietzsche e Kafka. In: **"Sapianza"**. Roma.

1977. AA. VV. Dibattito sullo storicismo a cura di F. Bianco. Bologna:
IL MULINO.

SOBRE NOÇÃO DE REPRESENTAÇÃO EM FILOSOFIA E NA PESQUISA COGNITIVA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

Marco Antonio Lucas

Representação e Metáfora

A noção de representação é uma noção empregada tanto por filósofos quanto por pesquisadores no domínio recente da Inteligência Artificial.¹

Em filosofia o conceito de representação possui várias acepções distintas dependendo da corrente filosófica abordada. De uma maneira geral, esta noção aparece caracterizada segundo dois aspectos: do ponto de vista de subjetividade ou da objetividade.

Do ponto de vista da subjetividade a representação está ligada a maneira pela qual o conteúdo dos objetos pensados são representados ao espírito, neste sentido, a noção de representação está ligada a certos processos cognitivos relacionados com a percepção, a imaginação, o julgamento etc. Na perspectiva da objetividade a representação está relacionada sobretudo à capacidade das nossas mentes em tornar presente um objeto do pensamento por intermédio de símbolos.

Seja do ponto de vista da objetividade, seja do ponto de vista da subjetividade, o objeto pensado tornar-se presente na mente de um sujeito qualquer. Estas duas maneiras de conceber a representação podem ser melhor explicitadas pela metáfora do teatro e pela metáfora da diplomacia.

¹ A pesquisa neste domínio constitui-se de um conjunto de técnicas informáticas e teorias ligadas ao estudo da mente e do cérebro e da lógica dos nossos raciocínios. Este ramo de estudo faz parte das, ditas ciências cognitivas, é interdisciplinar, reunindo estudiosos em ciência da computação, Lógica matemática, neurologia, neurobiologia, neurofisiologia, filosofia, linguística, engenharia eletrônica etc. O objetivo principal da inteligência artificial é de conhecer melhor a mente e o cérebro a fim de conceber programas (softwares) ou máquinas (Hardwares) capazes de efetuar tarefas que se fossem realizadas por um ser humano seriam consideradas como comportamentos inteligentes.

No caso do caráter subjetivo da representação a metáfora do teatro serve para explicar a importância da "mise en présence" diante do sujeito do objeto da sua representação, ou de pelo menos de um fragmento do real que possa constituir para o sujeito o objeto desta representação.

Os autores que atuam numa peça de teatro, uma comédia, por exemplo, são capazes de fazer vir a tona na mente dos espectadores muitas emoções diferentes, isto porque eles exercem a capacidade de representação do teatro, que pode ser resumida pela "mise en présence", ou apresentação aos espectadores (sob a forma concreta da ação) de uma situação significante.

A capacidade de representação dos atores serão tanto maior quanto forem as suas capacidades de levar o público à uma interiorização da cena apresentada. Os autores devem ser capazes de apresentar com o máximo de realismo, a dor, a queda de um objeto físico, fazendo apenas alguns gestos sugestivos capazes de tornar consciente a mensagem a ser transmitida "penetrando" nas subjetividades daqueles que assistem a peça de teatro.

Este aspecto subjetivo da "metáfora do teatro", permite compreender como as representações estão ligadas seja a forma de conhecimento que exigem a presença física do objeto conhecido (e de uma interação entre este e o sistema nervoso do sujeito) seja a formas de conhecimento onde o sujeito é representado sem que ele esteja fisicamente presente. Neste último caso, uma questão importante se coloca: de que maneira é possível representar alguma coisa sem que o objeto representado esteja presente na mente do sujeito?

A resposta à questão acima é muito simples: todos sabemos que o objeto real de uma representação não pode, por si só, ser uma representação, pois ele não pode penetrar no domínio da subjetividade do sujeito. Para tanto, é necessário o intermédio de um símbolo que possa tornar o objeto presente a subjetividade deste por meio de uma sorte de mediação, do gênero daquela expressa pela "metáfora da diplomacia". Por exemplo, um embaixador representa um estado diante de um outro estado estrangeiro da mesma maneira que um símbolo pode representar uma noção ou uma operação de um sistema formal ou mesmo de um sistema cognitivo.

Se considerarmos a mente humana com um sistema formal que manipula símbolos os quais podem representar nossos raciocínios (desde que o sistema seja bem programado para fazer isto), a cognição humana poderia ser considerada como um sistema de tratamento simbólico de informações, onde os símbolos "substituem" certas operações da mente visto que eles são capazes de representar tais operações de modo adequado. Eis aqui, de modo sucinto a perspectiva cognitiva, ou melhor, o ponto de vista geral das ciências cognitivas

sobre a noção de representação. Tal ponto de vista é defendido por alguns cognitivistas no domínio da pesquisa em inteligência artificial.

Representação, Cognição e Modelos Artificiais da Mente Humana

A noção de representação é um elemento teórico importante para a pesquisa cognitiva ligada a concepção de máquinas capazes de apresentar outputs (saídas) próximas daquelas obtidas pelo cérebro humano.

Os pesquisadores em inteligência artificial utilizam várias técnicas informáticas, teorias lógicas e concepções filosóficas para compreender e explicar a maneira pela qual certas entidades ou tipos de informação podem ser representadas. O objetivo é a concepção de sistemas capazes de realizar certas tarefas que demandam capacidades cognitivas, um debate sobre a adequação de dois modelos de representação antropomórficos a saber: o modelo analógico e o modelo proposicional de representação. Tais modelos correspondem respectivamente a duas concepções bem distintas da explicação da maneira pela qual os seres humanos estruturam suas representações internas sobre o mundo.

O primeiro modelo, o analógico, supõe que existe uma analogia entre as representações mentais e o mundo. As características deste modelo são apresentadas na passagem seguinte da "*Encyclopedia of Artificial Intelligence*", importantíssima obra sobre este domínio de pesquisa:

1. Each element of a represented situation appears once, and all its relations to other elements are simultaneously available.
2. A representation is amenable to apparently continuous transformation. For example, rotation of a mental image is analogous to the rotation of a physical object.
3. The structural relations between the parts of a representation are analogous to the perceived relation between the objects represented.
4. Analogical representations are manipulated by procedures that are often similar to physical or geometric simulation.²

O segundo modelo, o modelo proposicional, considera que as nossas representações estão ligadas a um conjunto de proposições que tornam

² Walters, D. op. cit. p. 881.

explícito o conteúdo de nossas representações. Para os cognitivistas que defendem esta concepção é possível dar conta das representações mentais humanas por meios formais pois a mente é um sistema de símbolos onde:

1 - Many different propositions may refer to a single element in a predicate-calculus-type representation(...) Semantic networks may be used to represent propositions, in which case each element may appear as node with its relations to other elements as links. There may or may not be a single node associated with each element.

2 - Propositions generally represent discrete states rather than continuous change. Small successive increments of variables are necessary to represent continuous change.

3 - The structure of propositions is not analogous to that of the situation. Propositions are either true or false. Propositional representations are manipulated using the general rules of inference.³

Nós não iremos analisar aqui cada uma destas situações de explicação dos processos representacionais para o estudo da cognição, pois isto necessitaria um trabalho epistemológico esmiuçado sobre cada uma destas hipóteses. Gostaríamos apenas de apontar estas duas vias de abordagem da representação como modelo da mente a ser utilizado na concepção de programas da inteligência artificial ou pela pesquisa cognitiva: a primeira via baseada em uma analogia entre representações mentais e o mundo e a outra que considera que as nossas representações são proposições que tornam explícito o conteúdo de nossos pensamentos segundo regras de inferência da lógica proposicional.

Continuemos assim a nossa discussão sobre o tema, mostrando como dois importantes filósofos americanos, J. Searle e H. L. Dreyfus, encaram o problema da representação como base para o estudo da mente e para a concepção de (softwares), programas ou (hardwares) máquinas inteligentes. O trabalho epistemológico e filosófico destes dois autores servirá para explicitar a importância da noção de representação no campo das pesquisas cognitivas em inteligência artificial.

³ ibidem

As Críticas J. Searle et H. Dreyfus ao Representacionalismo em Inteligência Artificial.

Os trabalhos de Searle, de Dreyfus e de outros filósofos que se interessam pelo problema da inteligência artificial, representam uma contribuição importante para as discussões sobre os limites e o desenvolvimento teórico da inteligência artificial e das ciências cognitivas. Searle mostra que a filosofia analítica da linguagem e a filosofia da mente podem ser de grande valia para a crítica epistemológica das pesquisas cognitivas e em inteligência artificial. Segundo Searle, os computadores podem somente simular a compreensão do mundo, mas nunca adquiri-la. Para comprovar isto, ele explica, em "Minds, Brains and Programs"⁴ que o teste de Turing, argumento de ordem comportamental de A. Turing⁵, não constitui uma verdadeira prova ou um bom argumento sobre as capacidades inteligentes dos computadores. Turing afirma que, se dois sistemas respondem a estímulos idênticos de maneira idêntica nós podemos compará-los e afirmar que estes possuem as mesmas capacidades. No caso do seu famoso teste ele compara respostas humanas à respostas de uma máquina digital.

Na sua exposição conhecida como experiência da "câmara chinesa" Searle põe em evidência o caráter falacioso, diz ele, do teste de Turing, sublinhando que é necessário observar as diferenças que podem existir entre uma simulação capaz de reproduzir certas características formais e sintáticas de um fenômeno estudado e o fenômeno enquanto tal.

O cérebro e os programas ditos inteligentes em inteligência artificial, obedecem, segundo Searle, a princípios de funcionamento completamente diferentes. Para Searle, dois sistemas que respondem de maneira idêntica a solicitações (inputs) parecidos, não funcionam necessariamente da mesma maneira. As características formais internas do cérebro e de um programa de computador são completamente diferentes.

Todavia, no artigo "Minds, Brains and Programs" a crítica de Searle aos argumentos de Turing sobre as capacidades das máquinas inteligentes não a parte mais importante deste trabalho. A análise de Searle, no artigo mencionado tem uma profundidade ainda maior pois coloca em jogo a noção de representação subjacente às teses de Turing e de outros autores da inteligência artificial. esta sua crítica é mais articulada, diferente da outra, ora mencionada, ela toca no problema da representação propondo uma análise

⁴ Searle, J. R., "Minds, Brains, and programs". The Behavioral and Brain Sciences Cambridge University Press, 1980, 3, pp. 417-424.

⁵ Cf. A. Turing, "Computing Machinery and Intelligence" Mind, 59, 1959, p. 343-469. (Reeditado em R. Anderson, Minds and Machines, Englewood Cliffs, Prentice Hall N. J., 1964, p. 4-30). Neste artigo, Turing reforça a idéia segundo a qual as características formais dos sistemas são fundamentais a obtenção de comportamentos inteligentes.

filosófica bastante elaborada sobre a intencionalidade. A intencionalidade, é segundo o autor uma capacidade de caráter subjetivo que relaciona a mente ao cérebro.

Para Searle a mente e o cérebro são uma só coisa e a intencionalidade é uma capacidade do cérebro/mente que permite colocar o homem em contato com o mundo exterior. A intencionalidade no seu entender resistiria a ser tratada exclusivamente de modo formal. Os computadores não podem ter esta característica do cérebro dada pela intencionalidade, pois o cérebro/mente não constitui um sistema formal despido de conteúdos semânticos.

Os argumentos de Searle contra a possibilidade de uma inteligência artificial com as mesmas características do cérebro, dizem respeito ao problema da representação, pois elas são de ordem sintática e semântica. Vejamos resumidamente quais são os argumentos deste autor sobre os limites da máquinas:

- 1 - Os programas de computador se comportam de modo inteiramente formal(sintático)
- 2 - A sintaxe, é nela mesma, insuficiente para permitir operações de caráter semântico por parte das máquinas, estas não conseguem preencher os vínculos e diferenças entre a sintaxe e a semântica.
- 3 - Somente um ser dotado de uma mente é capaz de manipular entidades semânticas, conteúdos semânticos, ou significações.
- 4 - Nenhuma máquina possui, ainda, capacidades semânticas parecidas com as humanas. As máquinas trabalham segundo procedimentos formais sintático de manipulação de símbolos binários, o binarismo é apenas uma das características do funcionamento neuronal.
- 5 - A sintaxe está ligada às propriedades formais das frases, às categorias sintáticas tais como o número, o tamanho, posição das palavras, etc...
- 6 - A semântica está ligada à capacidade das frases de evocarem conceitos familiares, de estabelecerem relações de significação.
- 7- Possuir um programa, como é o caso das máquinas digitais, não é nem equivalente nem uma condição suficiente para possuir uma mente, por mais que estes programas façam como se, eles fossem processos mentais.
- 8- As máquinas não possuem mentes logo não podem ser inteligentes.

A segunda das proposições, ora apresentadas é a mais discutida entre aqueles que discordam de Searle a propósito da inteligência artificial. Para estes últimos, as pesquisas sobre a linguagem natural podem ser

abordadas de modo formal, se procurarmos entender a cognição humana a partir de uma semântica formal. Segundo esta concepção é possível identificar certos processos inteligentes a sistemas de lógica formal dotado de regras de dedução e inferência especificadas em termos unicamente sintáticos. O pensamento, a linguagem e o raciocínio ficam reduzidos aqui a procedimentos formais relacionados à lógica dos proposicionais e à outro tipo de lógicas não clássicas.

Searle é um autor muito atento e sensível aos problemas teóricos da pesquisa cognitiva. Existem duas motivações subjacentes às críticas deste autor à inteligência artificial, a primeira é uma tentativa de negar nossa tradição cultural a qual não aceita a mente como um fenômeno biológico inteiramente ligado à matéria. A segunda é a proposta de discutir e conciliar as noções sobre a mente tiradas do senso comum com as concepções científicas sobre o cérebro procurando explicar como um ser dotado de consciência (mente imaterial) pode fazer parte de um universo exclusivamente material.

Para Searle a ciência não exclui o senso comum, pois o senso comum e a sua subjetividade fazem parte da ciência, é necessário reconhecer certas noções do senso comum, por exemplo, a noção de crença, de intenção e incorporá-la ao vocabulário científico. Uma filosofia da mente deve ser fundada sobre os fenômenos intencionais e sobre as características biológicas do cérebro: ter uma mente correspondente a ter um cérebro.

Os fenômenos intencionais são importantes para a explicação do funcionamento da mente e da linguagem que manifesta o produto inteligente da mente humana. Para Searle, aliás, a filosofia da linguagem, um dos seus domínios principais de estudo, é um ramo da filosofia do espírito criada por ele.

A maneira searleana de entender as representações é fundamental para as suas teorias sobre a mente e sobre a linguagem. Nos seus trabalhos recentes *Intentionality, Speech Acts e Expression and Meaning*, o autor examina as diversas formas de expressão linguística, como a escritura, os sons proferidos numa conversação como objetos do mundo, igualzinho a esta cadeira onde você está sentado ou esta caneta que você tem a sua frente. A linguagem expressa de todos os modos, seja a partir de objetos fonéticos ou gráficos, serve como meio de representação do mundo e de nossos pensamentos, sua capacidade de representação não é intrínseca aos objetos dos quais se serve a linguagem, mas derivada da intencionalidade que é como já mencionamos uma característica essencial do espírito humano.

Um outro filósofo americano da Universidade da Califórnia em Berkley, Hubert L. Dreyfus, se posiciona face a inteligência artificial criticando o modelo racionalista representacionalista que está na base das pesquisas neste domínio. Para ele a noção de representação da inteligência artificial é abordada

por meios exclusivamente analítico-formais sem levar em conta justamente a intencionalidade que é um aspecto humano fundamental para o estudo da inteligência. Para Dreyfus as atividades cognitivas imitadas pela inteligência artificial estão muito distantes das situações humanas e de um mundo humano: a inteligência artificial só seria possível se os pesquisadores conseguissem programas capazes de lidar com um mundo intrinsecamente humano da incerteza e do acaso. Segundo este autor, seria necessário para isto que se mudasse a noção tradicional de representação baseada num mundo já estabelecido para uma noção baseada num mundo construído pelo sujeito, um mundo estruturado em esquemas lógicos globais e holísticos. Se este mundo pudesse ser captado pelos programas de computadores nós certamente teremos máquinas realmente inteligentes, caso contrário esta empresa da mente humana estaria condenada ao fracasso.

Alguns Aspectos sobre a Noção de Representação Relacionada a Pesquisa sobre a Inteligência Artificial e no Interior da Tradição Filosófica Representacionista.

Segundo Winston (1984) a pesquisa sobre a representação do conhecimento constitui um elemento teórico-fundamental para o desenvolvimento da Inteligência Artificial. Teoricamente todos os sistemas baseados no modelo computacional-representacional são equivalentes, pois eles procedem, em última análise, a partir da organização de "bits" de informações em suas memórias. Contudo, do ponto de vista empírico, alguns sistemas representacionais parecem ser mais convenientes do que outros para algumas tarefas que consideramos inteligentes quando elas são executadas por um ser humano.

A noção de representação em inteligência artificial parece em alguns aspectos uma simplificação de certos modelos encontrados na física galileana e dos modelos cartesianos, onde a representação seria um retrato fiel, ou pontual dos objetos conhecidos. Todavia, tal noção apresenta certas nuances e sutilezas que a distância enormemente dos modelos ora mencionados, principalmente no que concerne à noção de representação de nossos conhecimentos correntes, sonho mantido por muitos pesquisadores contemporâneos da Inteligência Artificial.

As noções que estão por trás da expressão teórica "representação do conhecimento" levam em conta o desenvolvimento da lógica e das matemáticas contemporâneas. Basicamente, tal noção leva em conta as pressuposições seguintes:

a) Uma representação é um conjunto de convenções sintáticas e semânticas que permitem descrever certos fatos e coisas do mundo.

b) Neste sentido, a sintaxe de uma representação especifica o conjunto de símbolos que podem ser usados e de que modo tais símbolos podem ser organizados no interior do sistema.

c) A semântica de uma representação especifica como os conteúdos semânticos podem ser manipulados em termos simbólicos em conformidade com a sintaxe do sistema.

A noção de representação em inteligência artificial pode ser esboçada pela hipótese de B. C. Smith (1985) conhecida como hipótese da representação, segundo a qual, todo processo mecanicamente operacional da inteligência pode ser compreendido em termos de elementos estruturados uns em relação aos outros. Tais elementos podem ser observados a partir do fato que os seres humanos podem representar por meio de proposições os seus conhecimentos. De outro lado, este autor afirma que os processos inteligentes podem ser compreendidos formalmente, não somente por que podemos representá-los sob a forma de proposições, mas também pelo fato que eles têm um papel causal essencial manifesto nos comportamentos inteligentes.

Em outras palavras, a representação em inteligência artificial pode ser colocada em evidência pela afirmação, corrente entre os pesquisadores, segundo a qual seria possível a um sistema artificial inteligente fazer inferências verdadeiras sobre o mundo a partir de manipulações formais de símbolos. Neste sentido, as possibilidades ou o potencial dos programas em inteligência artificial dependeriam da qualidade dos meios representacionais colocados à disposição, da viabilidade das pesquisas sobre a mente em fornecer modelos de representações adequados sobre o conhecimento do senso comum. A possibilidade de encodar e conhecimento relacionados ao senso comum requer a superação dos obstáculos seguintes:

1 - Bem representar os conceitos e as relações entre conceitos que estão relacionados ao senso comum.

2 - Compreender como uma representação é empregada num processo de conhecimento relacionado ao senso comum.

3 - Entender os limites do que pode e do que não pode ser representado em relação aos conhecimentos do senso comum.

Em geral os pesquisadores em inteligência artificial vêm à filosofia como uma disciplina de base para a compreensão da representação. Os estudos filosóficos e lógicos em inteligência artificial permitem melhor entender certos aspectos metafísicos relacionados à questão da representação, e por conseqüência, nos ajudam a constituir melhores critérios para julgar a eficiência e a coerência dos sistemas de representação em inteligência artificial.

As pesquisas em inteligência artificial são uma continuidade das correntes filosóficas representacionistas as quais vêm no cálculo uma garantia à obtenção de conhecimentos inequívocos e unívocos. Tais correntes de caráter formal associam a escolha de uma boa representação de dois critérios à saber:

- a) Critério de adequação expressiva, (Expressive adequacy) segundo o qual uma representação é boa se ele é adequada para representar o que se pretende representar com ela, isto é, se ela permite de exprimir o que ela pretende deixando de lado os elementos inadequados.
- b) Critério de eficiência notacional (notational efficiency) que é um critério computacional concernente ao controle inferencial dos sistemas de inteligência artificial: um sistema é notacionalmente eficiente se ele permite uma representação concisa e uma fácil modificação de sua estrutura formal.

Tais critérios podem ser bastante aperfeiçoados por intermédio de investigações no domínio da filosofia e da lógica visando o desenvolvimento de uma taxonomia representacional mais fina. O objetivo de uma tal taxonomia seria de permitir uma melhor hierarquização de conceitos no interior do sistema permitindo o acesso a conceitos cada vez mais gerais a partir de conceitos cada vez mais simples. Numa tal hierarquização certos conceitos típicos deveriam ser associados com um conjunto de condições necessárias e suficientes à serem satisfeitas para a consideração de uma tipologia à níveis e subníveis conceituais. O problema maior de tal empreendimento seria o de definir precisamente quais seriam as características formais e semânticas que um conceito-tipo (concept-type) deve ter para que este seja eficaz tanto teoricamente como operacionalmente.

As Críticas à Noção de Conhecimento e Representação de Francisco Varela, Winograd e Fernando Flores.

O neurologista chileno Francisco Varela antevê uma via não representacionalista para o estudo da cognição. Esta via leva em conta propriedades do cérebro humano. Ela modificaria também o curso das pesquisas em inteligência artificial. Segundo a hipótese cognitivista tradicional a inteligência artificial é um projeto factível pois a cognição, do mesmo modo que os processos digitais, é uma forma de tratamento simbólico de informações. A mente funcionaria segundo princípios lógicos os quais seriam semelhantes àqueles encontráveis nos processos computacionais. Sendo assim, o homem e a máquina podem ser compreendidos como sistemas representacionais pelo fato de que eles são ambos capazes de manipular informações simbólicas a partir de representações internas baseadas em operações lógicas. Segundo este ponto de vista os computadores constituem um modelo mecânico da mente e a cognição é assimilada à uma computação de símbolos abstratos.

Francisco Varela acredita contrariamente ao que acabamos de afirmar, que os sistemas neuronais oferecem um bom modelo para a compreensão da cognição, contudo tal modelo não deve fazer apelos aos métodos teóricos computacionais tradicionais de caráter representacionalista, segundo os quais é possível de conciliar a causalidade dos sistemas de representação (caracterizado pela capacidade de manipulação simbólica do sistema) como as características semânticas das representações que eles contém.

Segundo os cognitivistas dos "aproche" analítico-formal em inteligência artificial, a mente enquanto sistema computacional é capaz de representar o mundo, pois a sintaxe de um sistema formal reflete sua semântica. Este paralelismo entre sintaxe e semântica constitui por sua vez a base da explicação cognitivista segundo a qual a inteligência e os comportamentos inteligentes têm ao mesmo tempo uma natureza formal e física que é dada pela maneira como os sistemas cognitivos se estruturam formalmente. Esta prioridade do modelo formal da mente do cognitivismo, no entanto, exige sempre o recurso infinito à agentes da representação, visto que a característica causal da representação resulta de uma ação causal subjacente às mudanças de estados no sistema.

Segundo Francisco Varela o cognitivismo apresenta dois problemas importantes:

1 - Como correlacionar as representações, estados e transições formais, (isto é, os estados intencionais ou representacionais) com as mudanças físicas do agente.

2 - Como fornecer uma explicação sobre a maneira pela qual as representações são fisicamente possíveis e como elas podem, sendo transições de estados formais do sistema, determinar os comportamentos inteligentes de tal sistema.

Segundo Varela nós não podemos compreender inteiramente a cognição por intermédio de um modelo representacionista do pensamento segundo o qual os pensamentos são representações de um mundo o qual já está estabelecido, isto é, representado em termos atômicos. Ainda segundo este autor, o mundo não é delimitado e exterior à mente que o representa nem ao restante dos nossos conhecimentos.

O mundo não é como entende a tradição representacionista: um espelho da natureza onde todo objeto representado tem sua própria estrutura e é independente da idéia que o representa. Varela sustenta que o conhecimento depende uma interação entre o sujeito e o mundo, interação na qual o sujeito não é passivo mas atua sobre o mundo provocando uma reestruturação do conhecimento em função das transformações que produz neste mundo. Segundo Varela a representação não é simplesmente submissa à idéia de adequação ou inadequação. Nós não devemos nos perguntar se a representação de um objeto é adequada ou inadequada, pois o objeto representado é ao mesmo tempo estruturado pela idéia (ou mente) que o representa não sendo assim independente desta idéia.

Varela acredita que o conhecimento não deriva inteiramente da nossa capacidade de representar o mundo mas de nossa ação-interpretação que ele caracteriza pela expressão *fazer-emergir*.

Segundo este autor, o mundo humano onde o conhecimento e a inteligência se produzem, não é um mundo estável, totalmente pronto a ser representado e desvendado. Este mundo possui uma dinâmica que se realiza naturalmente a partir da interação do sujeito com o mundo. Sendo assim, a noção de representação tradicional deve ser reavaliada, não devendo ter um papel tão preponderante.

Tudo isto mostra, segundo Varela que a cognição, não é um fenômeno estático mas possui uma dinâmica própria ao mundo humano. Ser inteligente neste contexto não é simplesmente se realizar como sistema formal à transições de estados, mas agir segundo critérios de pertinência regidos pelo senso comum os quais só têm sentido num mundo onde os fenômenos cognitivos resultam do binômio *ação-interpretação*. Segundo Varela, para compreender a mente humana ou o fenômeno da cognição nós devemos

compreender a dinâmica da cognição a qual é dada pelo seu papel ativo, pelas suas relações com o meio ambiente e com a sua própria história, isto é, as mudanças e os processos evolutivos que ela sofre.

Da mesma maneira que F. Varela, T. Winograd e F. Flores se inspiram (nas suas análises sobre a cognição e sobre a inteligência artificial) na filosofia fenomenológica. Segundo Winograd e Flores a nossa mente não é resultante de processos representacionais. Nós não conhecemos as coisas mediante representações do mundo exterior. A cognição não é constituída de um conjunto de dados a serem tratados como entradas (inputs) ela resulta de nossas relações com o mundo enquanto "seres do mundo". Winograd e Flores têm por base não a filosofia continental, mas pesquisas no campo da neurofisiologia. Eles estabelecem um diálogo com os neurobiologistas.

F. Varela e Humberto Maturana que sustentam a hipótese que o sistema nervoso humano não funciona completamente segundo processos representacionais.

Winograd e Flores afirmam, com base na fenomenologia e na neurofisiologia que nós não podemos compreender inteiramente a cognição a partir de elementos objetivos. Estes autores acreditam que não existe um critério de objetividade absoluto nem uma total neutralidade na explicação de nossos comportamentos inteligentes, de nossa linguagem, de nossa mente nem mesmo da maneira pela qual nós adquirimos nossos conhecimentos sobre o mundo. Segundo Winograd e Flores, nossa cognição está ligada à nossa ação sobre o mundo, a qual por sua vez resulta da maneira pela qual nós interpretamos este mesmo mundo.

Conclusão

Para a teoria da informação, subjacente aos trabalhos cognitivistas e às pesquisas em inteligência artificial, a informação tratada pelo sistema, caracteriza-se pela sua forma, ela é neutra. Winograd e Flores não acreditam que a cognição pode ser considerada como um mero sistema de tratamento de informações. Segundo eles esta maneira de conceber a cognição reduz esta última à um mero sistema formal de tratamento de símbolos a ser tratado de forma inteiramente neutra e objetiva inspirados pela filosofia fenomenológica de Gadamer estes dois autores acreditam que a compreensão da cognição exige a exclusão de todo tipo de neutralidade e objetividade absoluta como é o caso para a análise dos sistemas inteiramente formais de tratamento de informações.

Winograd e Flores apelam para os elementos teóricos encontráveis nos trabalhos de J. Searle. Para eles a linguagem, considerada como arcabouço de nossos pensamentos é a base da maior parte de nossos processos cognitivos. Nossa linguagem não é estruturada sobre dados neutros cujo caráter é exclusivamente formal. A linguagem natural está ligada à principal característica intencional da mente humana que é de colocar nossos corpos em relação com o mundo. Assim sendo, a cognição enquanto ligada à características linguísticas da mente humana e não é fundada sobre dados neutros de caráter inteiramente formal. A cognição como a linguagem estão ligadas a fatores sociais e ambientais.

Bibliografia

ANDERSON, A. R.

1983. **Pensée et Machine**. France: Champ Vallon.

BERGSON, H.

1966. **L'Energie spirituelle**. Paris: P.U.F.

BOOLE, G.

1985. **An investigation of the laws of thought on which are founded the mathematical theories of logic and probabilities**. New York: Dover.

BRETANO, F. C.

1944. **Psychologie du point de vue empirique**. Paris: Montaigne.

CHOMSKY, N.

1980. **Rules and Representation**. N. York: Columbia University Press.

CHURCHLAND, P.

1984. **Matter and Conciousness**. Cambridge: M.I.T. press.

DANTO, A. C.

1960. On Consciouness in Machines. In: **Dimensions of Mind: A symposium**. N.York: University Press.

DAVIDSON, D.

1984: **Essays on Actions and Events**. Oxford University Press.

DENNETT, D.

1978. **Brainstorms**. Londres: Bradford Books.

DREYFUS, H. L. e HAUGELAND, J.

1974. "The computer as a mistaken model of the Mind", philosophy.
London: Macmillin S.C. Brown.

DREYFUS, H. L.,

1985. "De SOCRAT aux systemes experts; les limites de la
rationalité". Paris: Forum Cognitiva CESTA, Juin .

DREYFUS, H. L.

1982. **Hussel intentionality and cognitive science**. Cambridge:, M.I.T.
Press.

1979. **What computers Cant't do The Limits of artificial Intelligence**,
N. Y.: Harpers & Row Publishers, Inc.

1985. "A Frameword for Misrepresenting Knowledge", **Philosophical
perspectives in Artificial Intelligence**, Ringle, M. ed., Atlantic Highlands
N. J. Humanities Pr. p. 110-123.

1986. **Mind Over Machine**. N. York: Macmillan.

FODOR, J.

1981: **Reprsentatios**, Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.

HAUGELAND, J.

1985. **Artificial Intelligence**. Cambridge, Mass: M.I.T. Press.

POPPER, K.

Logique de la découverte scientifique, Payot, Paris, 1962-1982, 2^a ed.
Traduit de l'anglais par Nicole Thyssen Rutten et Philipp Devaux.

PYLYSHYN, Z.

1985. **Computation and cognition: toward a fonction for cognitive
science**. Cambridge: Massachussets.

RUSSOW, L. M.

1984. "Unlocking the chinese room" **Nature and System. Philosophical
studies of natural and Artificial Systems**, USA. vo. 6 n° 4 p. 221-227.

SEARLE, J. R. e VANDERVEKEN, D.
1985 **Foundations of Illocutionary Logic**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SEARLE, J. R.
1979. **Expression and Meating**. Cambridge: Cambridge University Press.

1984: **Minds Brains and Science**. Havard University Press.

1985. **Du cerveau au savoir**. Paris: Hermann.

1983. **Intentionality**. Cambridge: Cambridge University Press.

1980. "**Minds, brains, and programs**". The Behavioral and Brain Sciences. Cambridge University Press. 3, 417-457.

1969. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press.

What's wrong with philosophy of mind (no prelo).

SHANNON, C. E. and WEAVER, W.
1949. **The mathematical Theory of communication**. Illinois Press.

TURING, A.
1950. "**Computing Machinery and Intelligence**". Mind, vol. LIX n° 236, G. B..

VANDERVEKEN, D.
1988. **Les Actes de Discours**, Liege-Bruxelles: Editeur Pierre Mardaga.
1992. **Meaning and Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press.
1989. "**Non Literal Speech Acts and Conversational Implicatures**" In: E. LEPORE E R. VAN GULIK, John Searle and His Critics, Blackwell.

1988. "On the Unification of Speech Acts Theory and formal Semantics"
In: P. Cohen, m. pollack e J. Morgan, **Intentions and Plans in Communication and Discourse**. Cambridge, Mass, M.I.T.Press.

VON NEWMANN, J.

1958. *The computer and the brain*. Yale: Yale University Press. New Haven.

WIENER, N.

1948. *Cybernetics*. Cambridge Massachusets, the M.I.T. Press.

Literatura e História : a cumplicidade do desejo contido

Antônio Emílio Morga

Entre silêncio e linguagem, corre a cumplicidade do desejo contido. Do olhar úmido às torrentes da historiografia buscam novos dizeres e fazeres.

Será possível ao pesquisador em história buscar no conhecimento literário o entendimento de um tempo vivido? Que rupturas pedagógicas a literatura pode deslumbrar ao historiador?

Para Anne Vincent-Buffacult (1989) " A literatura impõe-se por si mesma, assim como as correspondências, memórias e diários íntimos, que sem serem simples reflexos do real, são lugar de apropriação de uma linguagem onde o nome próprio está concernido".

No século XIX, funcionam em certas tendências da literatura, elaboradas formas de sexualidade que ultrapassam a manifestação do sentimento amoroso. Nestas regiões, os literatos passeiam em busca do jardim do Édem à procura dos amores contrariados, sem esperança. A imagem do ser pretensamente amado é descrito num conjunto de imagens, onde a sexualidade transborda em suaves palavras-gestos. Dessa maneira, o romance no século XIX desenhou o modelo da mulher fácil, ingênua, espirituosa, gulosa por carícias da alcova, que traz consigo o dinamismo, o frescor e a sinceridade do amor romântico.

Acompanhando a tendência romântica, em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) o mundo feminino é descortinado através de uma literatura que revela uma mulher sedutora, doce, ingênua e angelical.

Neste artigo nos propomos a analisar através da literatura um dos dizeres sobre: A Prática Afetiva Feminina em Nossa Senhora do Desterro no século XIX.

A partir de 16 de junho de 1887, Horácio Nunes Pires publica em folhetim, através do "Jornal do Comércio", o romance "D. João de Jaqueta", sobre o qual o autor advertiu aos leitores que:

"Os tipos que apresento ao público nunca existiram na freguesia onde se passa a ação da minha novela: os costumes sim, em quase

sua totalidade. Na descrição deles não há o menor desaire para a localidade, cujos habitantes são bem conhecidos pelo seu caráter honesto e amor ao trabalho. O meu 'D. João' apresenta-se de jaqueta nova e calças por meia canela, pedindo a todos um olhar benigno e um sorriso de proteção. Ele é realmente o que parece ser: - modesto, humilde e inofensivo sobretudo" (Pires, H. Nunes, 1984:17)

O romance de Horácio Nunes inicia-se em 1877. Segundo Carlos J. Appel (1984:10) neste período: "O Brasil ainda é um país colonial (...), quando aparecem os primeiros capítulos de D. João de Jaqueta". E o modo de ser e de agir era ditado pelos "filhos de famílias abastadas do interior, de comerciantes e de profissionais liberais que definiam o modo de ser da classe dominante da época".

Neste período em que Horácio Nunes escreve seu romance, a cidade de Nossa Senhora do Desterro passava por uma remodelação dos usos e costumes. A imprensa e a elite, em ascensão, operacionalizavam uma "verdadeira revolução" no espaço urbano e na remodelação das condutas afetivas da população. Os jornais publicavam posturas municipais regulamentando diversas práticas socializantes. Entre elas, a brincadeira carnalizante do entrudo e a festa do divino Espírito Santo. A geografia urbana da cidade se remodelava seguindo os preceitos modernizantes apregoada pela classe média local. Enfim, a Ilha de Santa Catarina iniciava lentamente, e num processo descontínuo, as transformações urbanas e afetivas veiculadas por um saber médico higienista oriundo da "modernidade" que caracterizava o século XIX.

O romance de Horácio Nunes possui como uma das tramas as conquistas amorosas de Rosalina, filha do famoso Major Anacleto da Trindade que era um "homem rústico, falador e ambicioso de posições". Já sua filha educara-se na capital e especializara-se na "ciência do namoro", mas vivia no interior da Ilha.

A jovem Rosalina era, "uma interessante e espirituosa moça que se educara em um colégio da capital, onde levava para casa do pai bastante conhecimentos, inclusive a ciência do namoro, completamente desenvolvida.(...) realmente bonita com sua cor morena, com os seus olhos rasgados e negros, com os seus lábios carnudos e vermelhos, com o seu cabelo preto e vasto, com o seu narizinho divinamente modelado (Pires. H. Nunes, 1984: 26,36,37).

Sedutora, Rosalina envolvia seus admiradores num jogo lúdico e "Os rapazes da freguesia faziam-lhe roda e empregavam todos os meios imagináveis para serem por ela distinguidos".(Pires. H. Nunes, 1984: 26).

Sediada por seus galantes, pois tinha conhecimento do desejo que despertava, Rosalina não sentia culpa pelo assédio. Pelo contrário, transferia a culpa para a própria condição amorosa, "quem manda que todos (...) gostem de mim". Na sua trama, sabia ela que as artimanhas amorosas se faziam necessária pois, "é verdade que posso casar com um e gostar do outro... Tem-se visto tanto disso!". Para ela a possibilidade do amor duplo era "a único recurso, porque não seria de bom coração desgostar" dos pobres rapazes que tanto me desejam...".(Pires, H. Nunes, 1984: 37).

Rosalina, "vaidosa e fingida como todas as namoradeiras", tinha ciência e conhecimento dos jogos amorosos. E em particular, o jogo da sedução. O limite da jovem "namoradeira" era a própria possibilidade "de avanços e recuos, de entregas parciais, um se da se negando". No mundo feérico, lugar da magia feminina, o impossível não se realiza, pois ele é sempre o enunciado de outros acontecimentos.

"Para a mulher não há impossíveis. Quando a mulher concebe um pensamento é inútil dizer-lhe - "não iras avante" -, porque ela arrastará tudo, saltará por cima de tudo para realizar o seu pensamento. A palavra - impossível - foi inventada pelos homens para porem um paradeiro aos desejos da mulher...mas a mulher ri-se do frágil obstáculo e vai caminhando sempre..."(Pires, H. Nunes, 1984: 43).

E ao caminhar pelos jogos da sedução, Rosalina trava uma luta íntima diante das palavras cheias de ardis proferidas por um dos seus galantes. Ela balança, questiona e se envolve. Porém ela resiste as palavras e a entrega. Sua honra não entra no jogo da sedução. Cautelosa, sabia que sua reputação e honra corria perigo se concretizasse os desejos do seu galante. O temor da vergonha pelo juízo ético formulado pela opinião pública ressoa em seus pensamentos: "se um dia descobre aquilo que com tanto cuidado se ocultava?...O que fica sendo a mulher que se deixa seduzir por uma ilusão de momento, por uma miragem que sob a sua forma sedutora oculta a agonia da vergonha" (Pires, H. Nunes, 1984:90).

As palavras do seu galante eram fortes para o coração de Rosalina. Juca, o galante, não poupava palavras para enunciar seu sentimento.

"E como tu és bela...Oh! minha rosa peregrina, desabrochada em plena primavera na ignorada e solitária devesa. Embora rasgando as vestes, embora dilacerando as carnes nos espinhos que te cercam, hei de colher-te, oh! rosa, para todos os dias aspirar os teus divinos odores, para a todas as horas gozar os teus doces encantos, para a todos os momentos beijar, a palpitar de amores, as tuas pétalas perfumadas!...És bela, és bela como os anjos, e eu te amo com todo

o fogo da mocidade, com todo o ador dos vinte e cinco anos!...Os teus olhos são duas estrelas resplandecentes que iluminam com os seus raios cintilantes o céu da minha existência, os teus lábios são duas rosas purpurinas que se abrem aos beijos da aurora, embalsamando o ambiente com os seus odores celestiais, o teu sorriso prende-me, cativa-me, subjuga-me, mata-me, as longas tranças dos teus centinosos cabelos são laços, são algemas que me encadeiam e fazem-me prostrar a teus pés. Quando eu te contemplo, como agora, sinto incendiar-me o coração e a alma, a chama ardente de um amor louco, enorme, infinito, e sinto fugirem, como um bando de aves negras, as trevas dos meus pesares e das minhas tristezas...E tu és bela, és bela como as rosas e bela como os anjos" (Pires, H. Nunes, p 73-4).

Diante das insinuações amorosas do seu galante e dando-se conta de que ele não a desejava para torná-la sua esposa e sim para amante e vendo o perigo que corria diante dos acontecimentos, Rosalina "pálida, trêmula, com os olhos faiscantes e as feições contraídas" e num esforço para salvar sua honra e reputação, ela lhe traduz todo o significado da corte que ele lhe fazia:

"Ah! compreendo agora!... - exclamou ela, depois de obrigá-lo a curvar a cabeça ante o seu olhar que despendia raios. O senhor queria seduzir-me...queria perder-me...queria colocar-me a par dessas desgraçadas que se revolvem na lama da vergonha, vencidas pela sedução(...).Estás enganado senhor!...Eu serei uma mulher inconstante, volúvel, caprichosa...mas nunca serei uma mulher infame!" (Pires, H. Nunes.1984:91).

Rosalina não se deixou "engabelar" pelas palavras sedutoras do seu galante. Poderia se tornar "caprichosa e volúvel mas nunca uma mulher "infame". Sua honra e reputação se encontrava acima das leviandades inerentes aos jogos da sedução. "Que anjo foi esse, que revelou por aquela honra, que, deslumbrada pela vertigem do descontentamento, resvalava a beira de um abismo sem fundo".

Segundo Nunes: "Que mulher, com o espírito acanhado, ignorante, não se teria deixado arrastar por aquelas palavras cintilantes como pérolas, suaves como um perfume e que suspiravam tão doces como as notas lânguidas e harmoniosas de uma canção de melancólicas saudades".

Horácio Nunes em "D. João de Jaqueta" não traça só um perfil dos usos e costumes da cidade e do campo (interior da Ilha). Traz até nós a delicada situação da mulher na sociedade patriarcal do II Império, vista e pensada a partir do olhar romântico que perpassava por toda a sociedade brasileira no século XIX.

Nunes constrói e apresenta a conduta afetiva de Rosalina a partir de um conjunto de contradições. O que vai desde educação e ignorância, passando pela ingenuidade rústica e modelação da conduta, e apresentando através dos costumes Ilhéus a diferenciação do mundo urbano-rural. E por fim, trazendo a superfície a condição da mulher inserida na família "patriarcal". Ora na condição de mulher sujeito, ora na de mulher objeto.

A jovem Rosalina escapa destas contradição pela educação que recebeu, e a partir da pluralidade pedagógica consegue locomover-se com desenvoltura no interior dessas contradições. Pluralidade esta, que lhe permitia atravessar o mundo amoroso sem se tornar leviana.

"Rosalina e o eterno feminino que não toma a iniciativa amorosa ostensivamente, deixa-se conquistar, dissimulando em objeto sua condição de sujeito da escolha amorosa. A contradição é visível. Horácio Nunes leva até o limite a situação de Rosalina. não fosse sua instrução (elogio à escola pública) e sua inteligência deixar-se-ia engabelar pelas palavras sedutoras de Juca. Não fosse sua educação, facilmente se tornaria prostituta. Sem tocar diretamente no assunto, a dicotomia romântica virgem/prostituta traz a tona os parâmetros da mulher na sociedade patriarcal" (Appel, 1984:14).

Personagem criada a partir do imaginário feminino de Horácio Nunes, portanto, construída através do olhar masculino, encontra na fala literária espaço para sua visibilidade. E é de dentro desta visibilidade feminina que podemos ouvir a voz de Rosalina. Mulher que se elabora e se revela no jogo amoroso, mas sem perder a noção de sua condição de mulher na sociedade patriarcal do II império, onde a honra e reputação pertencia ao domínio público.

Neste sentido, o romance "D. João de jaqueta é veículo de transmissão do cotidiano, das permanências culturais e das idéias e ideologias de um época".

Nesta perspectiva, a literatura, como fonte histórica, traz até a superfície pontos de tensões que pulverizam-se na teia e na trama do social. "Mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e mágoa dos aflitos".

Retrato de costumes, o romance D. João de Jaqueta, de Horácio Nunes, não deixa de espelhar a sociedade desterrense do século XIX. Sociedade

que passava por uma clivagem das condutas e remodelação do seu espaço urbano com a introdução de novos agentes sociais no cotidiano da população. Nunes, portanto, não se encontrava imune aos acontecimentos de transformações na Ilha de Santa Catarina. Pelo contrário, ocupando alguns cargos administrativo na Capital da Província, o autor era participante destas transformações.

Nesta perspectiva, Rosalina pertence ao imaginário feminino da Ilha de Santa Catarina e é apresentada ao público como conhecedora da arte do namoro. Rosalina, a namoradeira, a sedutora dos "lábios carnudos e vermelhos", de "cor morena", e "olhos rasgados e negros, esta inserida no cotidiano da visibilidade feminina.

Seria a arte do namoro por parte das mulheres na cidade de Nossa Senhora do Desterro um costume corriqueiro? O que se passava no imaginário de Horácio Nunes Pires para que estes constituísse uma prática afetiva feminina em Nossa Senhora do Desterro? Narrador e objeto narrado não estariam neste caso interligados por acontecimentos que naquele momento vivido pertenciam ao cotidiano da população ao qual estavam inseridos?

Neste emaranhado de falas e tentador falar na existência de uma mulher sedutora no decorrer do século XIX, na Ilha de Santa Catarina. Porém como identificar a mulher real da mulher imaginária? Principalmente quando o imaginário social "constrói a antimulher(ou se trata da verdadeira natureza feminina que se revela quando deixada sem a tutela do homem?) fonte do pecado, ardilosa, propiciadora da perdição, incapaz de guardar segredo, mentirosa, inspiradora de crimes.." (Pensavento, S. Jatahy, 1992:57).

Bibliografia

PIRES, Horácio Nunes.

1984. **D. João de Jaqueta cenas da roça**. Porto Alegre: Movimento/Brasília INL, Fundação Nacional Pró-Memória.

APPEL, Carlos Jorge

1984. "D. João de Jaqueta, um elogio a inteligência". In: Pires, Horácio Nunes. **D. João de Jaqueta**. Porto Alegre: Movimento.

PENSAVENTO, Sandra Jatthy.

1992 "Mulheres e História: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteiriça (Rio Grande do Sul). In: Zahide L. Muzart (org.). **Revista de Literatura**. Curso de Pós-Graduação em Letras. Florianópolis: UFSC. n° 23

Bibliografia

- 1981 S. Jatthy Penso
- 1984 D. João de Japeta entre as coras. *Revista Brasileira de História*
- 1981 Fundação Nacional Pro-Paraná
- 1981 (anos 1980)
- 1981 D. João de Japeta, um elojo a migração. In: *Revista Brasileira de História*
- D. João de Japeta. *Revista Brasileira de História*

O CONFRONTO DE DUAS TENDÊNCIAS DENTRO DA HIERARQUIA MILITAR E A ÚLTIMA RESERVA DE CAÇA DA REPRESSÃO: O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB.

Jacy Guilherme Vieira

Esse artigo que apresento no primeiro número da revista *Textos e Debates*, do departamento de Ciências Sociais da UFRR, faz parte de um capítulo de minha dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina cujo objetivo foi demonstrar que o Exército Brasileiro durante o período da ditadura militar teve vários "raxas" ficando este bem evidenciados durante o Governo Geisel (1974 a 1979), principalmente devido ao projeto de "distensão", que tinha como meta levar o país à democracia lenta, gradual e segura.

A "distensão" para o grupo que a idealizou no qual se incluía também o general Goubery Couto e Silva, célebre intelectual ou bruxo, objetivava proporcionar a abertura política do país, no sentido de liberalizar aos poucos o regime ditatorial que estava em vigor desde 1964. Em outras palavras a "distensão" do Presidente Ernesto Geisel comprometia-se a descentralizar o processo decisório da administração, da máquina do Estado em todos os sentidos.

Thomas Skidmore(1978:219) apresenta alguns indícios da teoria política da "distensão" e as metas que o novo governo e seus colaboradores gostariam que fossem alcançados. Em primeiro lugar, para Skidmore, o projeto tinha como objetivo manter a coesão do Exército e obter o apoio da maioria para neutralizar o poder da linha dura, restabelecendo dessa forma, um caráter mais profissional das Forças Armadas. A segunda meta seria a de ficar atenta a qualquer movimento de subversão, porém, o mais importante objetivo desse projeto seria o retorno do país à democracia.

Maria Moreira Alves(1978:185) é mais crítica a respeito dessa teoria. Para ela, o Estado, através dessa política, estaria tentando legitimar o próprio estado de exceção, dando por sua vez, a continuidade do regime militar com algumas concessões feitas à oposição de elite, como ela chama a Imprensa, a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (AIB, CNBB, OAB).

"...A teoria da distensão e as políticas derivadas dessa análise constituem uma verdadeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela ampliação seletiva do poder coercitivo".

Essa análise de Maria Moreira Alves é importante, porque a segunda meta do governo Ernesto Geisel era controlar qualquer movimento considerado "subversivo", mesmo sabendo-se que, nenhum movimento de guerrilha armada tenha sobrevivido nos Governos Costa e Silva e Médici. Por outro lado, também sabe-se que as leis do Estado de Exceção não foram suprimidas, como o Ato Institucional número 5, ou o Decreto Lei nº 477, e que por sua vez, poderiam ser usados pelo Governo de Geisel a qualquer momento, sem provocar nenhum "alarde" maior, ou qualquer constrangimento, já que era uma reserva de poder legalmente constituído nas mãos do executivo.

É importante que nos detenhamos no projeto político da "distensão", sendo que o mesmo não significava a democratização do país, pois a democracia requer além de outras coisas, a participação do povo nas disputas eleitorais, em todos os níveis. A "distensão" possibilitaria somente algumas mudanças de orientação política e social, como o abrandamento da censura nos meios de comunicação, um espaço para a classe trabalhadora melhor se organizar, enfim, uma certa tolerância com relação a sobrevivência da oposição política. Entretanto essa liberdade poderia também ser cortada a qualquer momento.

Estando mais claro o que significou esse projeto do novo governo, sabe-se que o mesmo sofreu uma oposição extremamente forte por alguns elementos das Forças Armadas, a que convencionou-se chamar de "linha-dura". Esse mesmos elementos do Exército tinham adquirido através dos tempos, nos governos de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici certa autonomia, principalmente quando foram criadas as Comunidades de Segurança. Dessa forma esclarece Alfred Stepan(1985:39).

"Desde o começo da abertura no final de 1973 até o final do Governo Militar em 1985, os oficiais associados com a Comunidade de Segurança - Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou S.N.I. - previsivelmente eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos

informações e confissões, ou simplesmente humilhar prisioneiros políticos. Constituindo-se na primeira organização de repressão violenta, a OBAN operava sob a ajuda financeira de empresários brasileiros e internacionais. Combinando força da Polícia com oficiais de segurança das Forças Armadas e recebendo apoio financeiro de conhecidos empresários, a OBAN se transformou no inferno para os presos políticos."

Na verdade, o aparelho de segurança do Estado já era grande, mais os organismos existentes ou funcionavam isoladamente, com arquivos próprios e disputas entre si ou mantinham, como o DOPS e as policiais militares dos Estados, uma estrutura burocrática com recursos insuficientes e elementos mal preparados. Com o objetivo de aglutinar as forças do Estado de exceção surgiu a "OBAN". Em janeiro de 1970 foi dada por encerrado a "Operação Bandeirante". Suas funções passaram a ser exercidas pelo DOI-CODI. (Destacamento de Operações Interna e Central de Operações Defesa Interna). O CODI foi oficialmente subordinado ao comando do Exército que passou a coordenar a atuação dos três centros de informação das Forças Armadas (CENIMAR, Centro de Informações da Marinha, CIEX, Centro de Informações do Exército, e CISA, Centro de Informações da Aeronáutica). Esse novo aparelho começou a ter vínculo com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo foi o DOI.

Toda essa máquina a partir da aparente informal "Operação Bandeirantes", tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos e foi responsável por um grande divisor de águas dentro do Exército. Recorremos novamente a Alfred Stepan(1985) para melhor clarear essa questão:

"Através de uma série de mecanismos informais em São Paulo, no começo de 1968 emergiu uma força unificada anti-guerrilheira que recebeu fundos privados e públicos chamado "Operação Bandeirantes". No começo dos anos de 1970, o sistema OBAN foi institucionalizado. Em cada região militar havia uma repartição com amplas atribuições de integrar as operações de inteligência chamado de Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que sem levar em conta a antiguidade específica dos comandantes do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica na região, foi situado sob a jurisdição do comando regional do Exército. Essa fórmula em essência dava ao Exército autoridade

sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional, portanto precisavam ser reprimidos. Eles tinham poder substancial e nenhuma participação institucional para mudar as regras do jogo em direção a abertura política."

Importante notarmos que autor citado acima coloca uma questão importante que merece atenção de nossa parte; havia um poder substância e devido aos homens da linha-dura estarem naquele momento dentro dos aparelhos de repressão do Estado, trabalhando com certa autonomia, principalmente devido à criação dos DOIS-CODIS no Governo de Costa e Silva, e sem nenhuma participação institucional devido às decisões sobre a "abertura" do País, serem tomadas pela alta cúpula que naquele momento estava representada pela figura do Presidente da República, o General Ernesto Geisel, no chefe do Serviço Nacional de Informações, João Batista de Oliveira Figueiredo e também na figura do General Golbery do Couto e Silva, o intelectual da política de "descompressão" do País. Esses dois grupos vão representar nesse momento, forças adversas dentro das forças militares, não fazendo a homogeneidade dentro da corporação militar. Em outras palavras, pode-se dizer que não existiu, naquele momento, um controle dos altos escalões sobre os escalões intermediários, seja da Marinha, Aeronáutica e principalmente do Exército. Diga-se que o general Golbery do Couto e Silva era vista com enorme hostilidade pelos setores mais truculentos do Exército e até acusado de "besta" por ler muito.

Dessa maneira, existiam duas forças antagônicas dentro das Forças Armadas, os chamadas "castelistas" e também conhecidas como grupo da "SORBONE" e o grupo da "linha-dura", que, pode-se repetir, conquistaram um poder sem precedentes dentro da comunidade de segurança nacional advindo dos tempos, da criação do Serviço Nacional de Informações, ou S.N.I. Essa força cresceu muito a partir de 1969 com a criação institucionalizada da repressão, através de um organismo denominado de "Operação Bandeirantes", mais conhecido como OBAN. A partir da década de 70, esse organismo foi institucionalizado em várias regiões do país.

A OBAN (Operação Bandeirantes) surgiu primeiro como uma estrutura informal. O Brasil vivia um clima de "guerra revolucionária". Nilson Borges(1989) clarifica melhor o que foi a OBAN:

"A OBAN nasceu na esteira da luta armada que se desenvolvia no País, onde a prática da tortura era a forma de arrancar

sobre a Marinha e a Aeronáutica, no que diz respeito a assuntos de segurança interna.

Essa estrutura de poder passou a fazer parte do que poderia ser chamado de um poder paralelo, sem igual na história das Forças Armadas. Tornou-se o maior responsável na metade da década de 70, por diversos tipos de operações militares, procurando "inimigos do Estado". Dentre dessas ocorrências no Brasil, vamos encontrar a que ocorreu no Estado de Santa Catarina, em novembro de 1975 denominada "Operação Barriga Verde."

Toda a documentação analisada leva a crer que essas operações foram realizadas para justificar o "perigo" que os comunistas representavam para a sociedade. Logicamente o objetivo concreto de tais operações era o de impedir concretamente que o projeto de "distensão", do Presidente Ernesto Geisel não fosse concretizado. Para a Comunidade de Segurança, que neste período estava principalmente nas mãos do "linhas-duras", havia muitos conflitos sociais que precisavam ser reprimidos e, para provar as suas teses, começaram a reprimir militantes do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para ficar claro essa afirmação, recorreremos a uma entrevista prestada por um militante do PCB à revista Senhor de maio de 1987:

"Para Hércules Corrêa, militante engajado do Partido na década de 60 e 70, quem agiu contra o PCB foi um aparato da repressão que se articulou fora do aparelho do Estado. Um exemplo citado por ele foi o Sítio do delegado Fleury. Trilhando esta mesma linha de reflexão que explica também a moderação do PCB nesta fase de liberalização política - Hércules Corrêa e todos os demais dirigentes do PCB concluíram que a violência contra o PCB foi um desafio dos grupos radicais de direita à política de "distensão" iniciada no governo Geisel."

Assim, de 1973 a 1975 o PCB sofreu o seu mais sério golpe, principalmente por ter sido um alvo bastante fácil, pois tinha se descuidado da ditadura e da Segurança clandestina. Duas questões colaboraram e serviram de "bode-expiatório" para um ataque frontal da "linha-dura" sobre o PCB. Em primeiro lugar, saiu vencedor das eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 16 Estados nas eleições majoritárias, conseguindo fazer também 16 Senadores dos 24, e 160 dos 364 Deputados Federais. Em segundo lugar foram encontrados, em fevereiro de 1975, duas gráficas clandestinas do PCB, uma em São Paulo e outra no Estado do Rio de Janeiro, onde era

impresso o jornal oficial do Partido, A voz Operária. A partir desses dois acontecimentos formou-se um excelente motivo para que os delatores, militares, torturadores e grupos terroristas desenferrujassem seus músculos, logicamente possuindo o aval político de um dos porta-vozes da linha-dura, o Ministro da Justiça do Presidente Geisel, Armando Falcão.

"A grande caça às bruxas praticadas durante o ano de 1975, indicava claramente que os órgãos de repressão tinham estabelecido como meta uma "Varredura Geral" em todos os agrupamentos de esquerda que eles ainda pudessem encontrar para aniquilar tudo o que tivesse resistido até então. Ameaçados de perder pelo menos parte de seus privilégios políticos e econômicos, a "linha dura" e os torturadores tudo fizeram para escapar do controle pretendido por Geisel e Golbery." (Barros: 1991:77)

Foram nessas operações que parte do Comitê Central do PCB foi capturado, segundo informações do ex-sargento do Exército, Marival Dias Chaves do Couto, que pela primeira vez falou o que sabia à revista Veja em novembro de 1992:

" Foi com a operação Radar iniciada em 1973 que parte do Comitê Central do PCB foi presa. E o caso do Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapévis, e de Luiz Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 19774. Levado para Itapevi, Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para matar cavalo. Orlando Bonfin Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo depois. Elson ainda recebeu injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado na ponte (...) Jaime Amorim de Miranda, também foi preso na Operação Radar foi morto. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima "(Expedito, 1992).

Importante aqui ressaltar que a "abertura" apregoada por Geisel é totalmente diferente da palavra democratização e essa diferença não é a entendida pela "linha-dura", pois lhe interessava muito mais o poder e a manutenção dos privilégios, conseguidos em governos anteriores. E dessa forma começaram a surgir uma série de operações no sul do Brasil.

Em 1975, a 5ª Região Militar do Exército, com sede em Curitiba, foi responsável por uma série de prisões numa "Operação denominada MARUMBI", com grande sucesso no Paraná. Uma outra realizada no Rio Grande do Sul, no mesmo período, teria tido o mesmo sucesso da anterior, se não fosse a intervenção do governador Sinval Guazelle. Em Santa Catarina ela instalou-se com o nome de Operação Barriga Verde, que colocou na prisão 38 militantes do PCB. O objetivo dessa como de outros era o de procurar "subversivos" ou inimigos do Estado militarizado.

O que podemos concluir neste artigo é que as várias operações militares que surgiram principalmente na região Sul e no Centro-Oeste a partir de 1974, fizeram parte das contradições e das fissuras do bloco que detinha o poder no seio do Estado Brasileiro a partir de 1964, que por sua vez nunca formou um bloco de poder monolítico, isto ficou bem evidenciado a partir do governo do general Ernesto Geisel, que teve que demitir o seu ministro do Exército Silvio Frota. Pela primeira vez o ministro das Forças Armadas era demitido de seu posto, depois do golpe de Estado de 1964.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira.

1987. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes.

BARROS, Edgard Luiz.

1991. **Os Governos Militares**. São Paulo: Contexto.

BORGES FILHO, Nilson.

1995. **O Estado e a Militarização - As Políticas Militares como Aparelhos Repressivos de Estado**. Florianópolis: Tese de Doutorado. UFSC.

DIAS, Maurício.

1987. **Massacre Sob Encomenda**. In: Revista Senhor 19/05.

DOSSIÉ DA REPRESSÃO. **Revista Isto É**. ano 2, nº 92, 27 de setembro de 1978. p.32.

EXPEDITO FILHO.

1992 A Autópsia da Sombra. In: **Revista Veja**. São Paulo: Abril Cultural. ano 25, nº 47, 18 de novembro

SKIDMORE, Thomas.

1982. **De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STEPAN, Alfred.

1987. **Os Militares: da Abertura a Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bibliografia

ALVES, Helena Helena. *Brasil: Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

BARROS, Edgard Luis. *Os Governos Militares, São Paulo: Contraste, 1981.*

BORGES FILHO, Nilson. *O Estado e a Militarização - As Forças Armadas como Agentes Repressivos de Estado*. Florianópolis: Letra de Donatista, UFSC, 1985.

DIAS, Manoel. *Massacre Sob Encoberto*. In: *Revista Veja*, nº 47, 18 de novembro de 1992.

DOSSIÊ: A REPRESSÃO. *Revista Veja*, nº 47, 18 de novembro de 1992, p. 32.

A LEGISLAÇÃO ELEITORAL DE 1945 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS.

Ricardo Borges Gama Neto

Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado em Ciência Política que defendemos no início deste ano, por esta razão a análise da legislação eleitoral que aqui se encontra não será um estudo profundo sobre o tema e sim uma imersão apenas superficial, mas que ainda assim demonstrará quais as conseqüências políticas as leis eleitorais implementadas pela elite política causaram ao sistema partidário entre 1945 e 1965.

Antes de analisarmos as regras eleitorais é necessário que façamos algumas considerações teóricas acerca da natureza dos sistema eleitorais. A primeira observação a ser feita é que os sistema eleitorais não são meros epifenômenos das forças sociais, as leis destinadas a regular os pleitos não são instituídas simplesmente como um reflexo das clivagens econômicas. Os sistemas eleitorais são quase sempre elaborados tendo em vista a realização de objetivos, são resultado na maioria das vezes de ações intencionais dos atores políticos, que podem ter origem ideal ou instrumental (Mainwaring, 1991). Outra observação a ser feita é que a influência das leis eleitorais sobre as organizações partidárias não se restringe a realização das eleições, suas conseqüências políticas são mais profundas: condicionam o número de partidos do sistema, interferem na competição interpartidária e até na própria organização e funcionamento interno destes (Rae, 1964).

Para que possamos compreender a influência da legislação sobre o desempenho eleitoral das organizações partidárias, e conseqüentemente a própria representação política, devemos considerar dois aspectos: o primeiro refere-se a natureza do sistema de partidos e as restrições impostas à participação do eleitor; o segundo relaciona-se com os elementos distorsivos das leis eleitorais (Kinzo, 1988).

A orientação e funcionamento do sistema partidário e dos pleitos realizados entre 1945 e 1966 foi feito pela legislação eleitoral de 1945 e a Constituição Federal de 1946. As primeiras eleições do período foram regulamentadas inteiramente pelo Decreto-lei nº 7.856, que estabeleceu como parâmetros para o registro dos partidos e as condições para a realização das eleições: 1. a organização partidária em bases nacionais através de subvenções de no mínimo 10.000 eleitores em pelo menos cinco Estados; 2. o

estabelecimento da justiça eleitoral (Supremo Tribunal Eleitoral e Tribunais Regionais) por todo o país; 3. voto obrigatório, universal, secreto e restrito aos indivíduos adultos (mais de 18 anos) e alfabetizados; 4. Adoção de duas fórmulas eleitorais: majoritária, para as eleições de prefeito, governador, senador e presidente da República, e proporcional, para as Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Câmara Federal.

Dentre os instrumentos institucionais necessários à reconstrução da democracia, que estavam inseridos no Código Eleitoral e na Constituição Federal, a que trouxe as conseqüências políticas mais profundas à vida política do país foi a obrigatoriedade da organização partidária a nível nacional. A nacionalização dos partidos dividiu a elite política do Estado Novo que controlava quase que totalmente o processo de redemocratização, a exceção de Getúlio Vargas, não houveram grandes transformações no comando político até as eleições que elegeram o general Eurico Gaspar Dutra presidente da República. Os políticos de São Paulo e Minas Gerais tentaram que fosse restabelecido o antigo modelo de partidos estaduais que havia reinado durante a República Velha, através do qual a antiga aliança PRP (Partido Republicano Paulista) e PRM (Partido Republicano Mineiro) conseguiu dominar a política brasileira durante várias décadas. No entanto, a maior parte da elite política que controlava o processo conseguiu estabelecer uma estrutura partidária nacional, cuja conseqüência política primeira foi beneficiar os políticos que estavam incrustados no interior do aparelho de estado, especialmente os interventores federais, e prejudicar aos opositores do regime do Estado Novo que não puderam contar com as benesses que a estrutura burocrática centralizada podia fornecer para a organização dos partidos políticos, como ocorreu com o PSD (Partido Social Democrático) que por ter sido fundado pelos políticos e burocratas da administração pública tornou-se o principal beneficiário das novas regras eleitorais e partidárias.

O sistema eleitoral brasileiro possuía dois importantes instrumentos de restrição à participação política: o primeiro era a proibição de voto imposta aos analfabetos. Em 1945 o Brasil possuía uma população de 45.590.000 habitantes, sendo que destes 22 milhões tinham mais de 18 anos, no entanto apenas 7.426.000 eram eleitores, ou seja, apenas 16,8% do total. O processo político do período não se restringiu à luta interpartidária, mas também incorporou a extensão da cidadania a grupos de interesse que buscavam satisfazer suas demandas sociais. Taxa de crescimento da população entre 1945 e 1962 foi de 82,7%, isto quer dizer que dois anos antes do golpe militar o país possuía 85.119.000 habitantes, destes 22.391.000 eram eleitores, o que significa uma taxa de crescimento do eleitorado de mais de 200%.

Soares (1973:59), utilizando-se de uma perspectiva de análise externalista de forte embasamento marxista, argumenta que apesar da maioria das classes trabalhadoras urbana e rural não terem em 1945 participado do processo eleitoral, só vindo a fazê-lo gradualmente e principalmente após 1958, aquela eleição "(...) implicou numa grande diferença em relação a política anterior, pois a partir deste momento, a totalidade das classes médias e dos setores médios, bem como um contingente razoável da classe trabalhadora passaram a ter uma dose razoável de poder sobre os dirigentes políticos: ou teriam seus interesses defendidos no nível das decisões políticas, ou seriam outros os candidatos que receberiam seus votos nas eleições subsequentes. Este poder com base eleitoral funcionou como elemento de barganha nas decisões políticas".

Podemos afirmar que mesmo tendo nascida limitada, a representação política da democracia pós-1945 também caracteriza-se pelo crescimento contínuo da sua base eleitoral, incorporando ao processo político novos grupos de interesse e com estes, novas demandas que tiveram seu ápice quando foram transformadas em propostas de transformação social e foram introduzidas no programa de Reformas de Base do governo João Goulart.

Outro mecanismo legal de restrição à participação e escolha eleitoral era a proibição, pela Constituição Federal, do funcionamento de qualquer partido político que fosse programaticamente contrário aos princípios democráticos e aos direitos fundamentais do homem. Apesar de lógico se observarmos sob quais circunstâncias ocorreram a ascensão do Partido Nazista e a instituição do 3º Reich, este dispositivo somente tinha como objetivo impedir o funcionamento de organizações partidárias ideológicas. Num primeiro momento esta restrição criou problemas para a permissão de registro eleitoral ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), depois foi utilizado pela Procuradoria da República, por ordens do presidente Dutra, para colocar os comunistas na ilegalidade. O Tribunal Superior Eleitoral em setembro de 1945 concedeu ao PC, com muita hesitação, permissão para que participasse do processo eleitoral, isto porque aquela instância jurídica havia aceitado a declaração do partido de que tinha abolido de sua prática política os princípios marxistas-leninistas e adotado os democráticos.

Na competição interpartidária o PCB demonstrou grande potencial eleitoral, na eleição para o legislativo federal em 1945 o partido conseguiu 9,7% da votação total elegendo 15 deputados federais, 48 estaduais e no Distrito Federal fez a maior bancada com 18 vereadores. Desde as primeiras eleições o governo federal havia ficado assustado com a capacidade

eleitoral do PCB, juntando a isto os choques constantes entre a militância comunista e as forças policiais e as críticas constantes a sua administração o presidente Eurico Dutra passou a combater energicamente o partido, primeiro expulsando os comunistas que eram funcionários públicos, depois suspendendo as atividades da União da Juventude Comunista (UJC). Por fim, o governo através do procurador da República Himalaia Virgulino pediu o cancelamento do registro eleitoral baseado no referido dispositivo constitucional. Em 7 de março de 1947, o TSE por dois votos contra um, cassou o registro anteriormente concedido. A cassação dos mandatos parlamentares somente aconteceu em janeiro de 1948 após uma acirrada disputa, tendo sido aprovado por 179 votos dos 243 deputados presentes a secção.

O segundo aspecto a ser observado quanto às conseqüências políticas da legislação eleitoral é o caráter distorcido da representação proporcional. As eleições para o legislativo federal são norteadas por dois mecanismos: no Senado o sistema majoritário, enquanto que para a Câmara dos Deputados é utilizado o proporcional. Apesar de diferentes, estes dois procedimentos baseiam-se no princípio da representação dos Estados da União. O sistema de representação proporcional assenta-se no coeficiente eleitoral e partidário para a distribuição de cadeiras às organizações partidárias. O primeiro é o resultado do numero de votos mais brancos e nulos, dividido pelo número de cadeiras existentes para cada Estado. O segundo é o resultado do número de votos recebidos por cada partido dividido pelo coeficiente eleitoral.

Inicialmente as cadeiras que não eram ocupadas mediante estes critérios foram distribuídas entre os partidos políticos com maior número de votos, depois esta fórmula foi substituída pelo mecanismo das maiores médias. Apesar deste último critério ser mais justo que o primeiro, também não garantia a proporcionalidade que seria desejada já que as cadeiras oferecidas aos partidos não eram necessariamente proporcionais aos votos obtidos na eleição, existia uma distorção a favor dos maiores partidos em detrimento dos menores. O fato era que os pequenos partidos por não conseguirem alcançar as maiores médias eram excluídos da distribuição de sobras, conseqüentemente os maiores partidos recebiam cadeiras adicionais acima da média de votos obtidos.

Apesar desta distorção entre os partidos, a desproporcionalidade do sistema aumentava quando observamos os critérios de distribuição dos mesmos entre os Estados. O artigo 58 da Constituição Federal de 1946 estabelecia que:

O número de deputados será regido por lei, em proporção que não exceda um para cada cento e cinqüenta mil habitantes até vinte deputados e, além desse limite, uma para cada duzentos e cinqüenta mil habitantes.

Cada território um deputado, e será de sete deputados o número mínimo por Estado e pelo distrito federal.

O princípio da representação proporcional afirma teoricamente que o número de deputados por Estado de ser proporcional a sua população. No entanto, o texto constitucional estabelece que esta proporcionalidade somente funcionaria no interior de determinados limites, o resultado foi uma representação desproporcional, penalizando os Estados mais populosos. Por causa destes critérios estabelecidos pela Constituição, Estados como São Paulo e Minas Gerais ficaram subestimados em relação a outros como o Acre. Em 1962, o primeiro possuía 18% da população total do país, mas apenas 14% dos deputados federais, o segundo 14% da população brasileira e 12% dos representantes na Câmara dos Deputados e o último com 0,2% da população tinha 2% dos deputados federais.

A legislação eleitoral teve conseqüências políticas profundas, detiveram em boa medida a decisão do poder dentro do sistema partidário. Primeiro, retirou o partido político com maior definição ideológica da disputa eleitoral; segundo, beneficiou os grandes partidos em detrimento dos pequenos na distribuição das sobras eleitorais; terceiro, impediu que os maiores Estados da Federação, São Paulo e Minas Gerais, pudessem através da sua representação na Câmara dos Deputados reconstruir a antiga aliança da República Velha.

Não foi apenas dentro do sistema partidário que sentiu-se as conseqüências da legislação eleitoral, ela própria foi responsável pela limitação da cidadania ao estabelecer limites de exercício do voto que impediram que mais de 80% dos indivíduos com mais de 18 anos votasse nas eleições de 1945.

Bibliografia

KINZO, Maria D'alva Gil.

1988. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice/IDESP.

MAINWARING, Scott.

1991. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparada**. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP. n° 29.

RAE, Douglas W.

1964. **The Political Consequences of Electoral Laws.** New Haven: Yale University Press.

SOARES, Gláucio Ari D.

1973. **Sociedade e Política no Brasil: desenvolvimento e classe política durante a segunda República.** São Paulo: Difusão Européia do Livro.

ESTADO AUTORITÁRIO E PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO (1974 - 1985).

Roberto Ramos Santos

Introdução

Este artigo tem por finalidade analisar a legislação eleitoral brasileira no regime autoritário. Observaremos as artimanhas da corporação militar no que diz respeito ao controle do jogo eleitoral, a fim de evitar a perda de legitimidade do Estado de Segurança Nacional, diante do poder crescente da oposição. Como sabemos, o regime militar brasileiro, estabelecido a partir do golpe de 1964, embora tenha tentado destruir as iniciativas políticas da sociedade civil, não proporcionou uma ruptura total com o período democrático anterior, vigente desde 1945. O funcionamento de instituições representativas como o legislativo e o judiciário foi mantido, mesmo sob intenso controle. Com essa política, a elite militar, como observa Diniz (1990), jamais chegou a negar plenamente os princípios liberais, apresentou o autoritarismo como uma fase transitória e manifestou publicamente a intenção do retorno à normalidade democrática. O desejo dos militares de não romper com os mecanismos representativos tornou-se mais evidente com a criação do sistema bipartidário, que após o golpe de 1964 veio substituir o pluripartidarismo existente na quadra anterior. No início do ciclo autoritário, foram criados dois partidos políticos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) partido oficial instituído pelo Executivo militar para assegurar ao governo uma base parlamentar e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de "segunda classe" (Sartori, 1982), autorizado a participar do processo eleitoral, porém sem chances de disputar o poder em bases iguais contra a sigla hegemônica. Em seus primeiros anos, o MDB, atuando num sistema político fechado, serviu apenas para garantir uma fachada democrática ao novo regime¹.

¹ Sobre a trajetória do MDB ver Kinzo (1988).

A Fragilidade dos Partidos Brasileiros e o Surgimento do Estado Burocrático-Autoritário

Durante o final dos anos sessenta e a primeira metade dos anos setenta, a influência do sistema partidário brasileiro na tomada de decisões do governo federal foi extremamente pequena. O período autoritário reforçaria a tradição intervencionista do poder Executivo na dinâmica partidária. Historicamente, os partidos políticos no Brasil nunca tiveram muita participação na formulação de políticas públicas, as suas ações sempre dependeram do Estado que modelou toda a agenda política do país. Essa intervenção condenou os partidos brasileiros à uma artificialidade no que diz respeito à capacidade de formular, organizar e implementar demandas oriundas da sociedade. Essa fragilidade que já se encontrava presente na fase representativa de 1945 foi severamente alargada. O partido de oposição, que teve vários de seus líderes presos ou exilados, foi, também, como observa Lima Júnior (1990), criado de cima para baixo, por decreto, sem participação popular e sem vínculos nítidos e estreitos com os interesses sociais.

A ditadura militar, que interrompeu quase vinte anos de democracia no Brasil, teve algumas características que a diferenciou de outros países do Cone Sul. Primeiro, como já ressaltamos, manteve em seus governos elementos constitucionalistas e em segundo lugar, foi menos repressiva do que países como: Argentina, Chile e Uruguai, embora isso não signifique que o país tenha reduzido os mecanismos coercitivos para o exercício de um poder arbitrário. Guillermo O'Donnell (1976) afirmou que o Brasil e seus congêneres da América do Sul conheceram no período militar um novo tipo de Estado, classificado por este analista político como "*Burocrático-Autoritário (BA)*". Um Estado que foi em sua prática política 1) Excludente (pois controlou cuidadosamente a participação do setor popular), 2) Abrangente (já que dominou um número enorme de atividades empresariais e administrativas como parte integrante de seu desenvolvimento), 3) Tecnocrático, 4) Repressivo e por último 5) Integrado ao capital estrangeiro (pois foi capaz de criar políticas econômicas ortodoxas que favoreceram empresas multinacionais e de contrair empréstimos junto a bancos no exterior, a fim de conseguir uma maior estabilidade financeira². O Estado *Burocrático-Autoritário* ou *Autoritário-Excludente* como definiu Stepan (1986) foi elitista e anti-popular, coube ao governo excluir os movimentos sociais e exercer o papel principal de protagonista do crescimento econômico. O BA brasileiro teve mais sucesso no desenvolvimento capitalista do que os outros Estados Latino Americanos. Como consequência, segundo O'Donnell (1987), isso levou a uma menor impopularidade e desprestígio das Forças Armadas, que sustentaram o regime

² Sobre o modelo de O'Donnell ver também a análise de Collier (1982).

e conduziram até certo ponto o processo de retorno à normalidade democrática. Apesar desse relativo sucesso, os militares não conseguiram manter em alta o milagre econômico brasileiro e por volta de 1973 ocorreu o estrangulamento do modelo de desenvolvimento financeiro patrocinado pelo Estado *Burocrático-Autoritário*. Os problemas econômicos e sociais tornaram-se cada vez mais evidentes e a oposição tratou de canalizar para si as insatisfações da população. Diante de tal situação, o sistema partidário passou a configurar-se como mecanismo plebiscitário das ações do Executivo. O MDB, que em 1970 pensou na sua autodissolução, admitindo a inviabilidade do partido num sistema fechado, encontrou nas eleições legislativas de 1974 um novo revigoreamento para lutar pela sua plataforma política, que se resumia na luta pela democracia.

As Eleições de 1974 e o Sucesso do MDB

Segundo Martins (1988), as eleições de 15 de novembro de 1974, realizados dentro do plano de distensão gradual e seguro do governo Geisel, foram as "mais livres" desde 1966. Com acesso ao rádio e a televisão, a oposição mobilizou milhares de eleitores das mais variadas tendências ideológicas que estavam insatisfeitos com a crise econômica. Questões antes proibidas como a violência política, a legislação autoritária e o fracasso econômico, foram temas abordados pelos candidatos opositoristas a respeito do regime burocrático excludente. Os resultados eleitorais constituíram-se em expressiva vitória do MDB, a primeira desde a sua formação. A maior vitória ocorreu para o Senado Federal onde o partido elegeu 16 das 22 cadeiras em disputas. Nas Assembleias legislativas o MDB conseguiu maioria em 6 e na Câmara dos Deputados elegeu 161 novos representantes. O fracasso da ARENA levou os militares a manipularem a legislação eleitoral no sentido de evitar o crescimento da oposição e automaticamente a sua deslegitimação. O desejo de votar no MDB foi particularmente maior entre os eleitores das regiões Sul e Sudeste, áreas mais industrializadas e urbanizadas do país. As eleições de 1974 representaram também um aumento na participação político-eleitoral do povo brasileiro, houve um declínio dos votos brancos e nulos e de abstenção (em relação às eleições de 1970 onde foram em torno de 30% para a Câmara Federal) e um crescimento contínuo da presença política dos movimentos sociais que a partir dessa eleição tornaram-se atuantes, agindo em estreita ligação com o partido de oposição. O MDB, a despeito de ter sido criado artificialmente, acabou por adquirir uma legitimidade, tornando-se um autêntico partido opositorista.

A Lei Falcão e a Manipulação da Legislação Eleitoral

Os sistemas eleitorais em sua maioria são elaborados e alterados tanto para proteger e favorecer determinados interesses quanto para realizar um conjunto "ideal" de leis eleitorais (Mainwaring, 1991). Em 1975, uma pesquisa realizada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) demonstrou aos militares que o uso livre e aberto do rádio e televisão, foi o principal meio que garantiu a vitória expressiva do Movimento Democrático Brasileiro nas eleições de 1974. Esse estudo previa que se não fossem tomadas medidas preventivas, a oposição partidária conseguiria uma nova vitória nas eleições municipais de 1976 e posteriormente, nas eleições proporcionais de 1978. Para evitar uma nova e vexatória derrota, o governo resolveu modificar o Código Eleitoral criando a lei Falcão, uma regulamentação que alterava o uso dos meios de comunicação nas campanhas eleitorais. Em maio de 1976, cinco meses antes das eleições municipais, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei onde os partidos passariam a apresentar apenas os nomes, números, currículos e fotos (no caso da TV) de seus candidatos, fora isso, as siglas estariam expressamente proibidas de promoverem qualquer debate ou discussão nos meios de comunicação de massa. O ministro da justiça Armando Falcão, responsável pela modificação da legislação, afirmou que a lei Falcão permitiria um acesso igual a todos os candidatos dos dois partidos que disputassem mandatos. Essa medida casuística, onde se colocou em questionamento o verdadeiro interesse dos militares de promover a abertura política plena, atingiu diretamente a oposição. O MDB foi, assim, impedido de criticar o governo e derrotá-lo no seu próprio campo de batalha. Os resultados finais dos pleitos municipais revelaram, como já era de se esperar, a vitória da ARENA que venceu as eleições por um baixo percentual (cerca de 35% contra 30% dos votos).

As artimanhas eleitorais dos militares não se limitaram apenas às eleições municipais de 1976. No ano seguinte, em 1977, o governo introduziu novas mudanças nas regras que definiriam como deveriam ser as eleições de 1978. O "pacote de abril" estabeleceu que as eleições teriam, entre outras, as seguintes características:

1. Continuariam indiretas para os governos dos Estados. O eleito seria escolhido através de um Colégio Eleitoral composto de membros das Assembléias Estaduais e de delegados das Câmaras Municipais.
2. Um terço das cadeiras do Senado seriam preenchidas de forma indireta sem a participação popular, através do mesmo Colégio Eleitoral que escolheria os governadores.

3. No caso das eleições senatoriais diretas o governo criou a sublegenda, onde as organizações partidárias poderiam lançar até três candidatos ao cargo de Senador. A soma dos votos dos candidatos de um partido em comparação com a do outro definiria para quem iria a vaga. Seria eleito o candidato que conseguisse o maior resultado dentro da sigla vencedora. A sublegenda, nessa fase, foi útil para a ARENA que acomodou em suas fileiras (desde 1965) os grupos locais antes vinculados aos partidos da fase pré-64.

4. A lei Falcão criada em 1976 continuaria em vigor.

Essas alterações na legislação levaram, mais uma vez, a ARENA a ter resultados positivos. O pleito de 1978 revelou uma grande discrepância entre o voto popular e o resultado eleitoral. O MDB apesar de ter recebido o maior número de votos (46,4% contra 35,0%) ficou com menos cadeiras no Senado Federal. O "pacote de abril" conseguiu, como observou Alves (1989), conter a força eleitoral da oposição. O Estado autoritário manteve ainda sob seu controle o processo político brasileiro. Nessa eleição, o partido do governo continuou a preservar sua força no Norte e Nordeste, onde políticos locais praticavam em maior número o clientelismo, enquanto o MDB preservou sua margem de preferência entre eleitores do Sul e Sudeste.

A Reforma Partidária e os Novos Partidos

Os militares, diante da preocupação com o crescimento do MDB e de todos os seguimentos da sociedade civil (OAB, CNBB, ABI e Movimentos Populares) contrários ao autoritarismo, decidiram acabar com o sistema bipartidário, já que nos últimos tempos havia se tornado o principal meio de ação oposicionista. Essa medida arbitrária, que tinha como única finalidade fragmentar a oposição, não conseguiu, entretanto, segurar o avanço das organizações sociais, que nos anos oitenta, viriam novamente incomodar e retirar das Forças Armadas o controle da política brasileira. A reforma partidária de 1979 pôs fim à ARENA e ao MDB e permitiu a criação de seis outras agremiações, que em termos comparativos eram diferentes das organizações criadas em 1945. Pelas novas regras, todas as siglas eleitorais que surgissem a partir de 1979 deveriam ter a palavra partido em sua designação. Assim, foram criados o PDS (sucessor da ARENA nome que já havia se tornado impopular), o PMDB (herdeiro do MDB), o PP (formado por políticos moderados do antigo MDB), o PDT (liderado pelo populista Leonel Brizola), o PTB (com raízes no getulismo) e o PT (oriundo do movimento sindical). Dentre essas agremiações emergentes, o Partido dos Trabalhadores foi a grande inovação no cenário político nacional. Diferente de todos os outros partidos criados anteriormente no Brasil, o PT surgiu das bases do movimento

trabalhista da grande São Paulo, que através de suas greves desafiaram o autoritarismo militar no final dos anos setenta (Keck, 1991).

Anos Oitenta e os Novos Rumos Políticos do País

Embora tenha realizado a estratégia de fragmentar a oposição, o governo militar ainda corria o risco de perder as próximas eleições que se processariam no país em 1982. Essa eleição, mais do que as outras, seria de fundamental importância para o Executivo Federal, pois os novos parlamentares eleitos para o Congresso, formariam, ao lado dos representantes estaduais, o Colégio Eleitoral que em janeiro de 1985 elegeria o sucessor do general João Batista Figueredo, último militar no quadro autoritário a ocupar a Presidência da República. Para aumentar as chances de vitória do PDS e evitar qualquer nova decepção, o governo formulou o "pacote de novembro", um conjunto de leis que "proibiu as alianças partidárias, exigiu que todos os partidos lançassem candidatos a todos os cargos em disputa e estabeleceu o voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido para os diversos cargos, do nível local ao nacional" (Kinzo, 1988:221). Com tais medidas, os militares esperavam reverter o quadro de crise de legitimidade que favorecia a oposição. Utilizando sua máquina de favorecimento político, o Estado autoritário trabalhou para eleger os candidatos situacionistas. A idéia vigente era que através da prática do clientelismo os eleitores, sobretudo os mais humildes, escolhessem nos diversos municípios do país candidatos do PDS, tanto para mandatos municipais quanto para mandatos federais. Com a proibição das alianças partidárias e o estabelecimento da vinculação dos votos, o Partido Popular (PP) por não ter condições de preencher todos os requisitos impostos pela legislação, optou pela sua autodissolução e incorporação ao PMDB. Os demais partidos (PT, PDT e PTB) resolveram não seguir o mesmo caminho do PP e lançaram candidatos a todos os cargos. O PMDB, diante das medidas do "pacote de novembro", estimulou os eleitores a praticarem o voto útil escolhendo não o partido preferido de oposição, mas aquele que estivesse mais chances de derrotar o governo. As eleições pluripartidárias de 1982, marcadas pela escolha direta dos governadores estaduais (a primeira desde 1965), terminou por assumir uma forma bipartidária devido à incorporação do PP ao PMDB - os dois maiores partidos de oposição. Apesar de todos os mecanismos manipulatórios, os resultados eleitorais de 1982 trouxeram números relevantes para o conjunto de forças contrárias ao autoritarismo, o PMDB, na disputa pelos executivos estaduais, elegeu 9 governadores e o PDT 1. Para os cargos federais os partidos de oposição conseguiram o maior número de cadeiras na Câmara Federal (244 num total de 479). Na contagem individual por partido o PDS, que havia eleito 12 governadores, conseguiu 235 vagas para deputados, o PMDB 200, o PDT 23, o PTB 13 e o PT 8. Embora

os partidos oposicionistas tenham em sua totalidade conseguido eleger mais representantes do que o partido do governo, este manteve sob seu controle o Colégio Eleitoral, responsável pela escolha do próximo presidente da República. Essa disparidade, como já ressaltamos, foi causada pelas medidas casuísticas de 1977 que permitiu a eleição de senadores biônicos (eleitos de forma indireta) para mandatos de oito anos. Os resultados das eleições de 1982 deixaram o governo mais enfraquecido politicamente diante da oposição. Embora o PDS tenha adquirido ganhos consideráveis, coube às forças oposicionistas conquistar o Executivo dos três maiores Estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os novos governadores (Franco Montoro PMDB-SP, Tancredo Neves PMDB-MG e Leonel Brizola PDT-RJ), legitimados pelos resultados eleitorais, tiveram poderes suficientes para mobilizar um número elevado de cidadãos, insatisfeitos com a política econômica e social do regime autoritário. Essa insatisfação social culminou com a explosão da campanha nacional pelo retorno das eleições diretas para Presidência da República. As *diretas-já*, foi sem dúvida o maior momento de ressurgimento da sociedade civil brasileira e de sua identificação com o sistema partidário, canalizador dos interesses e reivindicações populares. Embora a mobilização tenha ocorrido em todo o país, não foi suficientemente capaz de impedir que a derrocada do regime militar ocorresse de forma indireta.

A partir de 1983 ocorreu o desgaste e a fragmentação do PDS. A escolha interna e conflituosa de Paulo Maluf como candidato às próximas eleições presidenciais, associada à campanha pública a favor das eleições diretas, acabou por provocar uma ruptura irreversível no partido de sustentação do governo. Muitos parlamentares e governadores que expressaram o desejo de apoiarem as eleições diretas, saíram do PDS e formaram a Frente Liberal (PFL), uma organização política liderada por Aureliano Chaves, José Sarney e Marco Maciel, que juntou-se ao PMDB, para estabelecer a "Aliança Democrática" responsável pela eleição presidencial de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

A vitória, em janeiro de 1985, de Tancredo Neves representou não só o declínio das Forças Armadas mas o fim no Brasil do *Estado Burocrático-Autoritário*. O mais interessante é que o regime militar foi derrotado em seu próprio órgão institucional, criado para legalizar candidatos à Presidência da República previamente escolhidos. A eleição do candidato oposicionista evoluiu dentro de uma lógica própria, vindo incompatibilizar-se com a ordem autoritária existente. O jogo eleitoral finalmente voltou-se contra o governo. A Aliança Democrática conquistou o executivo federal e introduziu mudanças significativas na legislação eleitoral brasileira, destacando-se a ampliação da liberdade partidária, permitindo que agremiações antes proibidas como o

Partido Comunista Brasileiro voltassem à vida legal. Outras conquistas democráticas aconteceram na segunda metade dos anos oitenta: a instauração da Assembléia Nacional Constituinte em 1986 e a eleição direta para presidente da República em 1989, aumentando assim as chances de uma real consolidação da democracia no Brasil.

Conclusão

Neste artigo procuramos avaliar a legislação eleitoral brasileira no regime autoritário. Mostramos como a legislação foi manipulada pelos militares a fim de manterem sob seu controle o processo político. As várias modificações eleitorais ocorreram para ampliar o espaço do partido governista e impedir o crescimento da oposição. Além dos mecanismos coercitivos para intimidar o partido oposicionista foram introduzidas inovações no Código Eleitoral através dos chamados "pacotes eleitorais" como o instituto da sublegenda, a figura dos senadores biônicos, a proibição de alianças partidárias e a lei falcão que se não foram suficientes para preservar o regime militar pelo menos serviram para adiar a sua derrocada.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira.

1989. **O Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes.

COLLIER, David (org.).

1982. **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DINIZ, Eli.

1989. Crise Política. Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: um balanço histórico. In: **Dados**, v. 32, n.3

1990. O Ciclo Autoritário: a lógica partidária-eleitoral e a erosão no regime. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). **O Balanço do Poder: formas de dominação e representação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.

KECK, Margaret.

1991. **PT a Lógica da Diferença**. São Paulo: Ática.

KINZO, Maria D'Alva Gil.

1988. **Oposição e Autoritarismo - gênese e trajetória do MDB.** São Paulo: Vértice.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.).

1990. **O Balanço do Poder: formas de dominação e representação.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.

MAINWARING, Scott.

1991. Partidos, Políticos e Sistemas Eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. In: **Revista Novos Estudos.** São Paulo: CEBRAP. n. 30, mar.

MARTINS, Luciano.

1988. A Liberação do Regime Autoritário no Brasil. In: O'Donnell, Schmitter e Whitehead (orgs.). **Transições do Regime Autoritário na América Latina.** São Paulo: Vértice.

O'DONNELL, Guilherme.

1976. **Sobre o Corporativismo e a Questão do Estado.** In: Cadernos do DPC. n. 3, mar.

1987. **BA - Reflexões Sobre os Estados Burocráticos-Autoritários.** São Paulo: Vértice.

SARTORI, Giovanni.

1982. **Partidos e Sistemas Partidários.** Brasília: UNB.

STEPAN, Alfred.

1986. **Os Militares: da abertura a Nova República.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOBRE OS AUTORES

ALBERTO CHIRONE

Doutor em Sociologia, Università Degli Studi di Roma "La Sapienza", 1982. Professor visitante no Departamento de Antropologia, UFRR.

ANTÔNIO EMÍLIO MORGA

Mestre em História, Universidade de São Paulo, 1995.
Professor substituto no Departamento de História, UFRR.

JACY GUILHERME VIEIRA

Mestre em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.
Professor do Departamento de História, UFRR.

MARCO ANTONIO LUCAS

Mestre em Filosofia, Université du Québec, 1989.
Professor do Departamento de Ciências Sociais, UFRR.

RICARDO BORGES GAMA NETO

Mestre em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 1995. Professor substituto no Departamento de Ciências Sociais, UFRR.

ROBERTO RAMOS SANTOS

Mestre em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 1994. Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.